



Nº 1156 - Semanal
0,50 €

30 Maio 2002

ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvano Gomes da Silva
Internet www.partido-socialista.pt/accao E-mail accao.socialista@partido-socialista.pt

O secretário-geral do PS considera que ainda há um longo caminho a fazer na Europa nos planos económico e social. Neste quadro, defendeu, entre outras, uma política progressiva de harmonização fiscal. Ferro Rodrigues saiu de Bruges convencido de que os debates sobre o futuro da União Europeia têm que prosseguir. Organizado pela Delegação Socialista portuguesa no Parlamento Europeu, decorreu naquela cidade belga um encontro de reflexão sobre a Convenção Europeia que está a preparar a reforma da União.

Ferro Rodrigues prometeu importar o modelo do encontro de Bruges que juntou políticos e jornalistas para um debate de cidadania.

Sobre o futuro não houve prognósticos, apenas o avisado alerta deixado por António Vítorino: "A Convenção é um adquirido e um risco." A segunda câmara do Parlamento Europeu é desejável para Mário Soares e para a generalidade dos que defendem o federalismo europeu.



CONVENÇÃO EUROPEIA NO CENTRO DO DEBATE POLÍTICO

► Páginas centrais

LEI DA TV

GOVERNAR À MARTELADA

► Página 4

PLENÁRIOS DE MILITANTES

ATAQUE CERRADO AO GOVERNO

► Página 15

COMISSÃO NACIONAL

PS ACUSA MAIORIA DE CRIAR CLIMA DE CRISPAÇÃO

O PS acusou o Governo de estar a criar um "clima de crispação desnecessário" na vida política nacional e de ter "defraudado a confiança e as expectativas dos portugueses", nomeadamente quando na campanha eleitoral Durão Barroso prometeu baixar os impostos.

► Página 3

A SEMANA REVISTA

SEG. A Comissão Nacional do PS esteve reunida no Largo do Rato para analisar a situação política. No final da reunião, Paulo Pedroso acusou o Governo de defraudar as expectativas e de criar um clima de crispação na vida política portuguesa.

TER. Num encontro com os trabalhadores socialistas das telecomunicações, Ferro Rodrigues considerou que o Governo de direita "já não é parte da solução, é parte do problema".

QUA. O PS anunciou na Assembleia da República que votará contra a proposta que cria o rendimento social de inserção, se os jovens entre os 18 e os 25 anos foram excluídos desta prestação.

QUI. A Convenção Europeia foi objecto de um encontro de reflexão promovido pela Delegação Socialista do PE, que decorreu em Bruges, na Bélgica.

SEX. Paulo Pedroso e Elisa Ferreira foram os oradores convidados do último debate promovido pela Concelhia de Lisboa sobre o "Futuro do PS".

SÁB. A bancada socialista promoveu uma audição parlamentar com a Comissão Científica Independente sobre o processo de co-incineração, na qual os cientistas reafirmaram que este método é o mais seguro para eliminar resíduos perigosos.

DOM. O PS, pela voz de Manuel Maria Carrilho, defendeu a necessidade da existência de dois canais de serviço público, criticou a política do Governo para o audiovisual, nomeadamente para a RTP, "onde optou pela destruição, pelo vazio e pelo autoritarismo".

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

SANTANEL

ANTOONIO COLAÇO



No preciso momento em que decorre a Convenção Europeia que está a debater o modelo da arquitectura da Europa do século XXI, os europeus têm de ser ouvidos e auscultados de forma a sentirem-se cidadãos de pleno direito e parte nas decisões que vierem a ser tomadas. Na ausência de uma opinião pública europeia, é bom que as diferentes opiniões públicas nacionais façam ouvir a sua voz e se pronunciem. Em Portugal, particularmente, onde o tema Europa não dá votos como se viu na última campanha em que ficou arredado do discurso eleitoral.

EDITORIAL

QUOD VADIS EUROPA?

É cada vez mais clara a existência de uma oposição de interesses entre os grandes e os médios e pequenos países na União Europeia (UE). Esta oposição revelou-se sobretudo nas últimas semanas em que foram conhecidas as orientações de alguns Chefes de Estado e de Governo e da Comissão Europeia.

Enquanto para os primeiros o centro do poder na Europa deve residir essencialmente no Conselho, a visão da Comissão aponta para uma concepção mais igualitária entre os Estados com o poder a passar essencialmente pelo colégio de comissários.

O futuro da Europa continua envolto na incerteza e é natural que nenhuma desta concepções saia vencedora, tudo levando a crer que a solução deverá ser encontrada no consenso mitigado entre estas duas posições, como aconteceu quase sempre, aliás, no processo de construção europeia.

No preciso momento em que decorre a Convenção Europeia que está a debater o modelo da arquitectura da Europa do século XXI, os europeus têm de ser ouvidos e auscultados de forma a sentirem-se cidadãos de pleno direito e parte nas decisões que vierem a ser tomadas. Na ausência de uma opinião pública europeia, é bom que as diferentes opiniões públicas nacionais façam ouvir a sua voz e se pronunciem. Em Portugal, particularmente, onde o tema Europa não dá votos como se viu na última campanha em que ficou arredado do discurso eleitoral.

Neste quadro de discussão o Governo do PSD e do CDS-PP teve a ousadia, num rasgo de grande visão europeia e de profundo alcance político, de extinguir a Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus. É inacreditável mas é verdade que o autismo do nosso desgoverno

nos leve a figurar juntamente com o Luxemburgo, como os únicos países da UE que não têm uma comissão parlamentar especializada em questões europeias como se não integrássemos há já 17 anos o espaço político europeu. Mesmo nos países do alargamento, só o exíguo Estado de Malta também não incorporou no seu Parlamento uma comissão que siga estas matérias.

Porque é necessário informar a opinião pública sobre o que está em causa e porque se considera que esta é uma temática fundamental para todos nós, os socialistas deram esta semana em Bruges o pontapé de saída para que o debate se faça em toda a linha e em todas as frentes.

A este esforço do PS, espera-se, no mínimo, que o Governo de Durão e de Portas diga o que pensa, se é que pensa, e de que lado está no processo da construção europeia.



SILVINO GOMES DA SILVA

Silvino Gomes da Silva

COMISSÃO NACIONAL

PS ACUSA MAIORIA DE CRIAR CLIMA DE CRISPAÇÃO

O PS acusou o Governo de estar a criar um "clima de crispação desnecessário" na vida política nacional e de ter "defraudado a confiança e as expectativas dos portugueses", nomeadamente quando na campanha eleitoral Durão Barroso prometeu baixar os impostos.

"Os portugueses escolheram um Governo com base em premissas que se estão a verificar falsas", afirmou o porta-voz do PS, Paulo Pedroso, no final da reunião da Comissão Nacional, no Largo do Rato, em que foi feito um balanço negativo de um mês de Governo de direita.

Quanto à afirmação do Presidente da República, Jorge Sampaio, de que existe um clima de crispação na sociedade portuguesa, Paulo Pedroso disse que o PS concorda em pleno com esta análise, sustentando que "é ao Governo que se deve assacar as responsabilidades pelo clima desnecessário de crispação que se vive na sociedade portuguesa", provocado, na sua opinião, "por atitudes precipitadas, não



preparadas e atentatórias dos direitos que conduziram a alguns becos sem saída". "O PSD tem procurado o combate pelo combate, a crispação pela crispação", disse,

acrescentando que o PS considera essa crispação "totalmente desnecessária e contraproducente". O confronto, adiantou, "é gratuito e precipitado, mas não é provocado por nós.

Naturalmente queremos fazer uma oposição responsável".

Para Paulo Pedroso, a acção do Executivo tem sido caracterizada por uma "ausência de estratégia" e pela aplicação de uma "lista desconexa" de medidas, de que são exemplos paradigmáticos a solução proposta para a RTP, as "redes de alta velocidade" ferroviárias ou os cortes anunciados para a Função Pública.

Política transversal contra os jovens

Paulo Pedroso referiu, por outro lado, que está em marcha uma "política transversal negativa" do Governo em relação à juventude. E deu como exemplos medidas como o fim da bonificação no crédito à habitação, as restrições anunciadas ao Rendimento Mínimo Garantido e a não renovação dos contratos na Função Pública. Neste contexto, sublinhou, "o PS entende que o Governo defraudou as expectativas, não é parte da solução, e já faz parte do problema". Questionado sobre a posição de Jorge Sampaio relativamente à promulgação ou não da Lei da Televisão, Paulo Pedroso reafirmou que "o PS não pressionou, nem nunca pressionará o Presidente da República".

J. C. CASTELO BRANCO

LEI DA TV

GOVERNAR À MARTELADA

O Executivo de Durão Barroso não sabe o que quer construir, mas sabe muito bem o que quer destruir: a RTP. Por isso, aplica sem pudor a técnica de “governar à martelada” num sector tão fundamental para o País como é o das comunicações.

Foi esta a denúncia deixada pelo deputado socialista Manuel Maria Carrilho numa conferência de Imprensa em que, ao lado de José Sócrates e Maria de Belém, criticou duramente a política nacional para o audiovisual e para o serviço público de televisão, afirmando que o Executivo, em “fase de grande desorientação”, optou pela “destruição, pelo vazio e pelo autoritarismo”.

“O Governo não tem nenhuma ideia para o sector”, pelo que “conviria não ter avançado logo com medidas e ter esperado pelos resultados do plano de reestruturação que estaria em marcha na RTP e que estava a ter resultados”, observou.

Em alternativa à falta de respostas por parte do Executivo, Carrilho disse que o PS defende a existência dos dois canais de serviço público, a elaboração de uma lei-quadro de financiamento e uma profunda reestruturação do sector, que passa também pela criação de uma entidade única de regulação.

Manuel Maria Carrilho não deixou de condenar categoricamente o actual ministro da tutela por não ter ido ao Conselho Europeu, onde se debateu a directiva “Televisão sem fronteiras”, deixando “Portugal sem voz”.

Aliás, as irresponsabilidades têm dado a nota na polémica em torno do audiovisual português, mesmo no Parlamento.

Malabarismos, equilíbrios e mesmo um certo autoritarismo condicionaram a discussão, votação e aprovação da proposta governamental que altera a lei da televisão para retirar ao Conselho de Opinião (CO) da RTP o poder de vetar vinculativamente a nomeação do Conselho de Administração da empresa. Ao fim de mais de três horas de discussão parlamentar, repletas de incidentes processuais, o diploma do Executivo foi aprovado na generalidade, especialidade e votação final global.

Recorde-se que a proposta governamental surgiu na sequência do veto do CO da RTP aos membros da administração propostos pelo Governo laranja.

Para retirar o poder de veto ao Conselho, o Executivo de Durão Barroso avançou com uma alteração pontual à lei da televisão, pedindo à Assembleia da República carácter prioritário no seu agendamento para o plenário.

A mais acutilante das críticas aos tiques autoritários do novo Governo foi formulada pelo líder de bancada do PS, para quem a lei aprovada representa “o regresso em força do cavaquismo”.

“A mesma concepção de poder absoluto, a



mesma teorização das forças de bloqueio, a mesma manipulação da lei ao sabor das conveniências de ocasião e, claro, a mesma governamentalização da gestão e da direcção da RTP”, disse António Costa.

Durante o debate de quinta-feira foi evidente o incómodo de Morais Sarmiento quanto ao “timing” de aprovação pelo Conselho de Ministros da proposta de alteração à lei.

Em causa estava a reunião ministerial (do passado dia 16) em que a proposta foi aprovada. É que primeiro o governante disse que o assunto não tinha sido tratado, para afirmar o contrário no dia seguinte. Dúvidas adensadas pelo facto de a própria proposta de lei não ter a assinatura de Durão Barroso, que esteve presente nesse Conselho de Ministros, só partindo para Madrid mais tarde.

Pelo chefe do Governo assinou Manuela Ferreira Leite, o que levantou a suspeita sobre se a proposta terá mesmo sido aprovada no plenário ministerial (horas antes do CO decidir) ou apenas depois.

O embaraço do ministro confirmou finalmente, após múltiplas interpelações, ter o Conselho de Ministros aprovado a alteração à lei “sob condição”, perante a expectativa de veto do Conselho de Opinião.

Ao que tudo indica, e como salientou António Costa, a proposta de alteração à lei da televisão “está ferida de uma inconstitucionalidade formal”.

“Acto ditatorial” na AR

Mas este foi apenas um de vários incidentes

lamentáveis registados, no passado dia 23, no fórum da democracia parlamentar portuguesa. Também quinta-feira, o PS, PCP e Bloco de Esquerda (BE) viram-se forçados pelas circunstâncias a acusar o presidente da Assembleia da República de parcialidade.

A oposição de esquerda esteve unida na acusação de que Mota Amaral julgou em causa própria, quando recusou os recursos da admissibilidade da proposta do Governo.

António Costa lançou uma séria advertência sobre as consequências que resultariam da aprovação da proposta governamental pelo Parlamento.

“Os trabalhos parlamentares não se dirigem à martelada. Esta pressa (do Governo, PSD e CDS-PP em aprovar a proposta de alteração à lei da televisão) pode custar caro”, avisou.

Costa aludia à possibilidade do Tribunal Constitucional vir a considerar contrário à lei fundamental o diploma do Governo.

A crise da discussão processual em torno da proposta do Executivo laranja agudizou-se após Mota Amaral ter anunciado que não aceitava os pedidos de impugnação antes solicitados pelo PS e pelo BE da admissibilidade do diploma em plenário.

De imediato, o líder da bancada socialista advertiu que “o presidente da Assembleia da República não dispõe de competências para aceitar ou não impugnações interpostas pelos deputados, porque se trata de um direito potestativo”.

A seguir, o deputado socialista Jorge Lacão foi ainda mais longe, ao considerar que a decisão de Mota Amaral, “ao denegar um direito

potestativo dos deputados (a impugnação), constitui o caso mais infeliz de um acto ditatorial praticado na história democrática do Parlamento”.

Esta discussão acontecia um dia depois da maioria parlamentar de direita ter reprovado um relatório do deputado socialista Jorge Lacão que suscita dúvidas sobre a constitucionalidade da proposta de alteração da lei da televisão apresentada pelo Governo.

O documento, que aponta para a existência de “sérias reservas quanto à justeza e constitucionalidade” do diploma, recebeu o apoio do PS, PCP e do Bloco de Esquerda na reunião de quarta-feira da Comissão dos Assuntos Constitucionais.

Para explicar a possível inconstitucionalidade da proposta do Executivo, Lacão citou o artigo da lei fundamental onde se refere que “a estrutura e o funcionamento dos meios de Comunicação Social do sector público devem salvaguardar a sua independência perante o Governo, a administração e os demais poderes públicos”.

Ou seja, da aprovação do diploma governamental “resulta que nenhum poder de organismos independentes se interporá no exercício pelo Governo tanto do poder discricionário de designação como no de destituição dos membros dos órgãos de administração ou fiscalização da RTP”.

O deputado advertiu inclusive o PSD, o CDS-PP e o Governo de estarem a colocar em causa a autonomia legislativa da Assembleia da República e a “capturar” a esfera de intervenção política do Presidente da República ao alegarem que o programa do Governo nunca poderá ser contrariado por decisões de outros órgãos de soberania.

Sampaio defende RTP-I

Jorge Sampaio tinha resistido a comentar a problemática que envolve a televisão pública, mas, no encontro com a comunidade portuguesa em Melbourne, na Austrália, afirmou: “A RTP Internacional não deve acabar porque é um dos principais elos de ligação entre os emigrantes e Portugal”.

“Disseram-me para não deixar acabar a RTP-I e isso traduz um sentimento geral”, disse Sampaio.

As indefinições do Governo quanto ao futuro dos dois canais públicos de televisão estão a preocupar os emigrantes. E foi isso que fizeram questão de dizer ao Presidente, fazendo-lhe chegar um apelo para que não deixasse acabar a RTP-Internacional.

O chefe de Estado não queria pronunciar-se sobre esta matéria por entender não ser próprio pronunciar-se sobre questões internas no estrangeiro. Mas, a Lei da Televisão aprovada não demorará a chegar a Belém.

Em caso de dúvida, o Presidente terá oito dias para a enviar para apreciação do Tribunal Constitucional. Caso não o faça neste prazo, terá 20 dias para promulgá-la ou vetá-la.

MARY RODRIGUES



FERRO COM SOCIALISTAS DAS TELECOMUNICAÇÕES

GOVERNO ARROGANTE É PARTE DO PROBLEMA

Ferro Rodrigues fez um balanço negro das primeiras semanas de actividade do Governo de direita. O líder do PS, que falava num almoço promovido pelos trabalhadores socialistas das telecomunicações, no Cartaxo, criticou o estilo "autoritário" e "arrogante" do Executivo que, adiantou, "já não é parte da solução, é parte do problema".

"Conhecemos este estilo autoritário. Vivemolo durante muito tempo", afirmou, sublinhando que neste quadro "não é possível fazer uma oposição construtiva com um Governo que tem uma política de terra queimada". "Convido o Governo a mudar de atitude".

O líder do PS acusou o Governo PSD/PP de estar a "governar mal", de apenas ter mostrado "agitação" desde que tomou posse e de não ter ainda conseguido resolver um único problema.

"É um Governo inconsistente, que tem faltado sistematicamente às promessas eleitorais, gerando um ambiente depressivo nas famílias, e com um ataque enorme aos jovens portugueses, que já se traduziu pelo menos em três medidas anunciadas", o fim do crédito bonificado, dos contratos a prazo na

Administração Pública e do rendimento mínimo garantido entre os 18 e os 25 anos, disse. O secretário-geral do PS considerou esta última medida meramente "simbólica", já que é "totalmente inexpressiva" do ponto de vista financeiro. "Não chega sequer a um por cento", explicou, concluindo que "este Governo não gosta dos jovens".

Relativamente à mudança de nome do rendimento mínimo garantido, agora baptizado de rendimento de inserção social, Ferro Rodrigues disse tratar-se de uma "medida cosmética", salientando que, em termos sociais, o Governo se comporta de uma forma "iníqua", "injusta" e "insensível".

No que respeita ao fim dos contratos a prazo na Administração Pública, Ferro Rodrigues disse não acreditar que o Governo avance, porque, a

ser levada à prática, essa medida "pararia o País", uma vez que "99 por cento dessas funções são precisas".

Oposição forte

Por outro lado, Ferro Rodrigues reafirmou que está "determinado" a recandidatar-se a secretário-geral do PS, admitindo, por isso mesmo, que o mais natural também é ser "candidato a primeiro-ministro" e não a Presidente da República, salientando que as notícias sobre a sua eventual candidatura a Belém visam criar um problema interno no partido que não existe. Considerou, no entanto, ser normal "que se levantem este tipo de problemas quando há uma oposição forte como a do PS".

O líder do PS disse partilhar das preocupações do Presidente da República quando este apela a uma acalmia institucional, reconhecendo que "não deve haver nenhuma espécie de tentativa de criar crises artificialmente", mas ressaltou "uma questão básica", a de que o Governo, mesmo com legitimidade parlamentar, como é o caso, "não pode, por causa disso, ultrapassar a lei nem a

Constituição".

"Um Governo, por ser maioritário, não fica dispensado de cumprir as leis e muito menos dispensado de respeitar a Constituição", disse o secretário-geral socialista no seu discurso, afirmando que o PS está na Assembleia da República "para lembrar que a arrogância tem limites".

Ferro Rodrigues acusou o Governo de "atropelar as regras básicas de um Estado de Direito" ao modificar uma lei (Conselho de Opinião da RTP) não por estar em desacordo com ela mas porque, em determinado momento, ela "não serviu os seus objectivos políticos".

O líder socialista acusou ainda o ministro da presidência, Nuno Morais Sarmento, de ter "perdido qualquer credibilidade enquanto portavoz do Governo" quando "confessou, com a maior das descontrações, ter mentido aos portugueses no final de um Conselho de Ministros".

"É bom que o Dr. Durão Barroso tome nota disto, porque isto é muito importante: não estamos nem queremos vir a estar numa República das Bananas", disse.

J. C. CASTELO BRANCO

SECRETÁRIO-GERAL COM O PS DE BRUXELAS

MAIORIA DE DIREITA AMEAÇA OS JOVENS

Ao participar num almoço de trabalho com o Secretariado da Secção do PS de Bruxelas, Ferro Rodrigues defendeu ser necessário "encontrar um ritmo de oposição para se chegar ao fim à frente, como na maratona". O secretário-geral do PS acusou o Governo de direita de usar "a cassetete do abismo" para denegrir o anterior Executivo socialista. Segundo o líder do PS, a maioria visa dessa forma objectivos a curto, médio e longo prazo. No imediato, o objectivo é o não cumprimento das promessas; a médio prazo tem-se em vista a gestão do ciclo eleitoral; e no longo prazo joga-se com tudo no afastamento do PS do Governo por longo tempo com base na gestão calamitosa do PS.

Convencido de que se tivessem dito a verdade aos portugueses na campanha eleitoral teriam perdido as eleições, Ferro Rodrigues afirmou



que a vitória se verificou na "base de uma fraude". No ataque ao Governo liderado por Durão Barroso, o secretário-geral do PS acusou o Executivo de não cumprir nada do que prometeu e de estar a ameaçar os jovens em três áreas concretas: no fim do crédito bonificado à habitação, na alteração "cosmética" do Rendimento Mínimo Garantido que retira este apoio aos menores de 25 anos e na não renovação dos contratos de trabalho a termo na administração pública, o que afecta sobretudo os jovens. Referindo-se à arrogância já demonstrada pelo Governo no Parlamento e face aos cidadãos, Ferro Rodrigues afirmou que ela é "o cavaquismo no seu pior, mas sem Cavaco". Recusando em absoluto a tese de que o PS deixou o País numa crise económica, devolveu a acusação e considerou que "são eles

que estão a levar Portugal para a recessão. E depois não nos venham dizer que a culpa é nossa", disse o líder do PS, acrescentando que, relativamente ao Orçamento Rectificativo, não só não resolve nenhum dos problemas que estavam em cima da mesa como "até aumenta a despesa".

Do ponto de vista interno, Ferro Rodrigues afirmou que este é o tempo de trabalhar para a renovação do partido tendo em vista o próximo Congresso. Assim, solicitou aos camaradas de Bruxelas os seus contributos para a revisão dos Estatutos e do Programa.

Coordenada pelo camarada José Alberto Alves, a Secção do PS de Bruxelas com 75 militantes inscritos, desenvolve uma regular actividade política e de apoio à comunidade portuguesa ali radicada.

RENDIMENTO MÍNIMO GARANTIDO

PS CONSIDERA INACEITÁVEL EXCLUSÃO DOS JOVENS

O PS está disponível para contribuir para o maior consenso possível em torno da lei que irá alterar o rendimento mínimo garantido, mas advertiu o Governo de que votará contra a proposta que cria o rendimento social de inserção, se os jovens entre os 18 e os 25 anos forem excluídos do benefício desta prestação.

A posição foi assumida pelo porta-voz do partido, Paulo Pedroso, em conferência de imprensa, na Assembleia da República, na qual também participaram os ex-secretários de Estado Vieira da Silva e Rui Cunha.

Paulo Pedroso referiu que, em termos globais, o diploma do Governo, que revoga o rendimento mínimo garantido e cria o rendimento social de inserção, "mantém a prestação de combate à pobreza" lançada pelo Governo do PS em 1996. "Para o PS, o nome que tenha essa prestação não é minimamente importante. Que isso fique bem claro", sublinhou o ex-ministro do Trabalho e da Solidariedade.

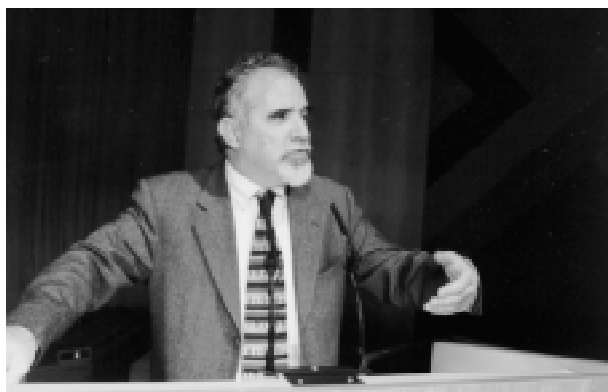
O que considera "inaceitável", acrescentou, é "a intenção do Governo de alterar a idade de acesso

à prestação social para os 25 anos".

Segundo Paulo Pedroso, "isso é regressar a um período anterior a 1988, ano em que um Governo de Cavaco Silva decidiu atribuir um apoio social (não monetário) a jovens com mais de 18 anos e em situação de pobreza".

O porta-voz do PS disse mesmo ter verificado "que a primeira medida de política transversal seguida pelo Governo de Durão Barroso é destinada a atacar os jovens portugueses", dando como exemplos o fim do crédito à habitação jovem e a recusa de renovação dos contratados a prazo na administração pública.

O coordenador da bancada do PS para as questões de Segurança Social, Vieira da Silva, juntou outros argumentos para contestar o aumento da idade,



para 25 anos, no acesso ao novo rendimento social de inserção.

Segundo explicou Vieira da Silva, a medida irá "abranger uma minoria dos potenciais beneficiários (três mil dos atuais titulares), não tendo, portanto, impacto financeiro significativo". Actualmente, sublinhou, num universo de 120 mil famílias, só três mil beneficiários titulares estão abaixo dos 25 anos.

"Depois, é hoje consensual que, em matéria de política social, a intervenção precoce nos fenómenos de exclusão possui um potencial de sucesso mais elevado que uma intervenção tardia", acrescentou.

PS contra lógica assistencialista

Paulo Pedroso e Vieira da Silva manifestaram-se ainda contra "a lógica assistencialista" da proposta de criação do rendimento social de inserção, ao substituir uma parte da prestação pecuniária por um vale social.

Os parlamentares socialistas sustentam que, des-

sa forma, se tenta colocar em marcha "um esquema de caridade do Estado, desvalorizando-se a gestão autónoma dos recursos pelas famílias beneficiárias como instrumento de inserção social". Mesmo confrontado com os rumores de fraude no rendimento mínimo garantido, que o actual Governo quer revogar, Vieira da Silva manteve a sua recusa de uma visão assistencialista, dizendo que a fiscalização "na atribuição desta prestação foi intensa".

"No último ano, mais de 100 mil requerentes não viram ser aceites os seus pedidos de acesso ao rendimento mínimo garantido e mais de 20 mil famílias foram excluídas porque não cumpriram os compromissos estabelecidos", disse o ex-secretário de Estado.

Paulo Pedroso condenou a estratégia de se "invocar a fraude para gerar desprotecção social, punindo muitos que não a praticam".

"Quando há fraude, corrige-se", afirmou Paulo Pedroso, concluindo: "Estamos perante uma solução preguiçosa de combate à fraude."

J. C. CASTELO BRANCO

EXTINÇÃO DOS GOVERNOS CIVIS

SOCIALISTAS NÃO TÊM TABUS

O Partido Socialista, em mais um exemplo do que é fazer oposição crítica, construtiva e responsável, mostrou abertura quanto à possibilidade de extinção do cargo de governador civil. Os deputados socialistas disseram ao ministro da Administração Interna que não têm nenhum "tabu" relativamente a alteração da lei, mas a regionalização não pode ser esquecida.

O PSD quer extinguir o cargo de governador civil e inscrever este ponto na próxima revisão constitucional, a iniciar-se em Setembro. No entanto, sem um acordo entre os maiores partidos, não há forma de aprovar a alteração pretendida pelo Governo de direita.

"Da nossa parte não há qualquer tabu", afirmou o deputado socialista Vitalino Canas durante a reunião da Comissão de Assuntos Constitucionais, que decorreu na passada quarta-feira, dia 22, e em que foi ouvido o ministro da Administração Interna, Figueiredo Lopes.

O parlamentar do PS Alberto Martins acrescentou que, para os socialistas é ponto de honra "manter a regionalização da Constituição". Todavia, adiantou, "a questão dos governadores civis está em aberto".

Alberto Martins explicou a Figueiredo Lopes que a postura de abertura do PS depende da concretização de medidas de descentralização.

Recorde-se que a Constituição da República admite o fim dos representantes do Governo nos distritos caso a regionalização seja implantada.

A discussão sobre os governos civis, no Parlamento, fora requerida por Vitalino Canas, no sentido de se esclarecer, junto do titular da pasta da Administração Interna, uma eventual contradição da posição do PSD e do PP, relativamente a esta matéria, antes e depois das eleições.

Quanto ao recente processo de nomeação dos 18 governadores pelo Executivo de Durão



Barroso, Canas descreveu-o como "desastroso", criticando severamente o "método" utilizado pelo Governo laranja, que fez tábua-rasa das promessas feitas em campanha eleitoral pelos

dois partidos que o apoiaram e que haviam pugnado pelo fim do cargo.

Sem isentar Figueiredo Lopes de responsabilidades, Vitalino Canas disse: "Creio que o senhor ministro não destoa do coro de desvalorização e deslegitimação dos governadores civis."

O deputado do GP/PS mencionou ainda o discurso do ministro na tomada de posse dos governadores civis, considerando que este ao mesmo tempo que os nomeava deixava a mensagem de que as suas funções poderiam terminar antes de tempo.

"Pareceu que estava a nomear uma comissão liquidatária", observou Canas, alertando para os problemas de "autoridade do Estado" e de fragilização do cargo decorrentes dessa posição.

Vitalino Canas não deixou passar a oportunidade de reiterar que "não existe por parte do PS nenhum tabu" sobre o esta matéria, embora tenha frisado que, neste momento, não há um consenso que permita fazer passar na Assembleia da República uma alteração à lei, que obriga a uma revisão constitucional e a uma maioria de dois terços dos votos na Assembleia da República.

M.R.



FUTURO DO PS EM DEBATE

UMA NOVA GERAÇÃO DE DIREITOS

O PS deve assumir-se claramente como um partido que quer ser poder para mudar o País e, nesse sentido, precisa de reconhecer lideranças e rumos, definindo causas em prol das quais não deve recuar alianças.

O Partido Socialista do futuro encontra-se no equilíbrio, difícil, mas fundamental, que integra a vontade de modernização e abertura, no imperativo de uma organização estruturada e forte. Foram estas as ideais centrais defendidas por Paulo Pedroso e Elisa Ferreira, no debate sobre o futuro do Partido Socialista que encerrou o ciclo promovido pela concelhia de Lisboa.

Para regressar ao Governo, o PS "não tem que ter medo dos aliados" nem das causas que escolher defender no futuro, mesmo que estas sejam habitualmente associadas à direita, defendeu Paulo Pedroso, reconhecendo também que, "nos últimos seis anos de governo, o Partido Socialista caiu num tacticismo exagerado, obcecado com uma equidistância em relação à esquerda e à direita que acabou por resultar mal". "Num quadro político mundial dominado pelo populismo e conservadorismo, o partido

precisa de se antecipar, com políticas concretas sobre temas habitualmente no discurso da direita, como a imigração, e não ter medo dos aliados nessas causas", reiterou. Acima de tudo, os socialistas devem ser "democratas radicais" e "defensores dos direitos humanos em todos os campos, apostando na modernização e procurando ser mais cosmopolitas em relação à globalização, sem ser entusiasmarem, mas também sem a diabolizarem".

A "cultura de poder" no PS "não pode significar desistir das causas" que sejam assumidas, alertou, frisando de seguida que a nova estratégia socialista não passa por auscultar uma sondagem e "fazer o que for o desejo maioritário".

Num debate marcado por queixas de falta de ligação entre as bases e os seus dirigentes, Pedroso repetiu críticas feitas a semana passada pelo líder do GP/PS, António Costa, que assinalou a falta de articulação entre partido, governo e deputados quando o PS esteve no poder.

"O PS não soube lidar com o poder e o governo não soube lidar com o PS", argumentou, admitindo que o partido "não tem tradição de debate interno" nem "formação política" no seu interior, o que, porém, não deve confundir-se com "controlo ideológico". Paulo Pedroso afirmou que o Partido Socialista deve procurar votos entre os "níveis elevados de abstenção estável" e não nos pólos que o rodeiam, seja à esquerda seja à direita.

"Precisamos de ser os defensores de uma nova geração de direitos e de universalismo, sem ter medo do pensamento liberal, por pensar

que atraíção a nossa matriz", declarou, recordando que, após da derrota eleitoral de 17 de Março, urge ao PS "perceber a desilusão" e aceitar que Portugal iniciou já um ciclo político diferente daquele que, em 1995, elegeu António Guterres.

Na sua agenda para o futuro, segundo Pedroso, "o PS deve procurar uma ligação permanente a círculos próximos do partido, mas fora da máquina partidária, renovando a ligação da actividade política com a sociedade civil".

Novos equilíbrios

A deputada independente pelo PS Elisa Ferreira não poupou críticas aos militantes que divulgam publicamente "posições que fragilizam o partido", afirmando que falta "instinto colectivo de sobrevivência" no PS.

A ex-governante louvou, contudo, a "enorme liberdade de opinião" dentro do partido, mas contrapôs que o PS precisa de "algum trabalho interno para reconhecer rumos e lideranças". "Há princípios que quem milita num partido tem de seguir, já que as manifestações individuais de ideias podem abrir enormes brechas na unidade partidária", alertou, explicando que "para se assumir como um partido de poder, o PS tem que ser moderno e aberto, mas sempre em equilíbrio com uma estrutura organizada e forte".

Segundo a deputada, "intervenções contraditórias com a orientação oficial do partido fazem com que não se estabeleça um discurso coerente e acabado, passando a ideia de que não se debateu ou discutiu", afirmou,

citando como exemplos os casos da alcoolemia, da regionalização ou do papel dos governadores civis.

"Isto levou a que grandes tarefas do governo não fossem visíveis", disse Elisa Ferreira, salientando que "com as disputas internas, o discurso acaba por passar de forma desajustada".

"A acção do Governo socialista em áreas como o ambiente ou medidas como o rendimento mínimo garantido nunca foram vendidas de forma clara e coerente", observou, perante uma plateia anuente, para depois frisar que os temas discutidos pelas chefias socialistas "têm muito pouco a ver" com o debate nas organizações regionais, o que desmotiva os militantes de base.

Numa altura em que os socialistas se impõem uma renovação interna, Elisa Ferreira sublinhou que mais do que novos militantes, o PS tem que ter "uma atitude de arejamento, pronto a ouvir quem está fora da máquina partidária".

"Muitos independentes só aparecem a apoiar o partido quando há eleições. Entre eleições é mais importante "traze-los para as discussões do que incorporá-los na estrutura partidária", defendeu, ressaltando que não devem votar na escolha das lideranças.

"Com o regresso ao poder em vista, o PS deve lembrar os assuntos onde ideologicamente não tem trabalho feito", disse Elisa Ferreira, concluindo ser essencial necessário responder de acordo com a actualidade dos temas, mesmo que estejam fora dos nichos habituais onde o discurso dos socialistas se refugia".

MARY RODRIGUES



AGRICULTURA

AMNÉSIA POLÍTICA CUSTARÁ CARA

A conveniente "amnésia política" que afecta o Governo de Durão Barroso foi desmascarada pelo deputado do PS Capoulas Santos, na Assembleia da República, ao elencar os "sinais negativos" que, em 47 dias de "negativa acção governativa", já se fazem sentir na Agricultura nacional.

"Na última campanha eleitoral, o PSD tentou fazer esquecer que, até final de 1995, e durante 18 anos, esteve consecutivamente à frente do Ministério da Agricultura e que patrocinou, durante a Presidência Portuguesa da UE, em 1992, a reforma da PAC, colocando Portugal na pior situação dos Quinze no que diz respeito ao acesso dos agricultores nacionais aos recursos financeiros comunitários", denunciou Capoulas, na passada quinta-feira.

Não conforme com o *score* passado, a equipa de Durão Barroso quer agora bater o *record* de atentados contra o sector agrícola português no menor espaço de tempo possível.

Ao que tudo indica, não lhe será difícil, pois, segundo o parlamentar socialista, a administração laranja, em menos de metade do tradicional período de cem dias concedido a todos os executivos para revelarem o seu estilo, já subiu o preço do gasóleo em seis escudos por litro; decidiu extinguir o que já estava extinto ou mesmo uma comissão criada pelo próprio PSD; prometeu ir estudar o que já há muito está estudado e decidido; criou condições para restaurar a conflitualidade em torno da caça; anunciou a suspensão da aceitação de candidaturas ao programa de restauração da vinha e não avançou com



qualquer orientação ou medida na área da segurança e qualidade alimentares. "Para cúmulo, foi formalmente aprovada a primeira medida concreta do Conselho de

Ministros", que consiste na revogação de um decreto-lei que instituiu em Portugal a "Modulação das Ajudas Directas" da Política Agrícola Comum.

Trata-se de um mecanismo legal introduzido na regulamentação comunitária, que permite aos Estados-membros estabelecer, na prática, tectos máximos às ajudas atribuídas aos agricultores, através da retirada de uma percentagem aos subsídios atribuídos aos agricultores que recebem maiores montantes, para posterior reforço dos programas de desenvolvimento rural de que beneficiam essencialmente as regiões mais frágeis e os pequenos agricultores.

Segundo o deputado socialista, "a revogação deste decreto confirma um escândalo político e uma cedência aos *lobbies* agrícolas mais conservadores".

Criticando fortemente a "insensibilidade social" e o "desprezo pela esmagadora maioria dos agricultores portugueses" que esta medida revela, Capoulas Santos passou a alertar para a "perda de credibilidade" que mudança de atitude como esta acarreta para Portugal perante a Comissão Europeia.

Na opinião do ex-ministro da Agricultura do PS, "a ausência de estratégia e a desorientação política não podem ser alibis suficientes para justificar a actuação do Executivo nesta matéria", sobretudo porque "ela se fundamenta no preconceito social e no abandono do equilíbrio político".

Assim, "o PSD e os seus acólitos vão pagar mais cedo do que imaginam um elevado preço político", afirma Capoulas Santos, assegurando que os deputados socialistas, no exercício das suas competências constitucionais, serão "cobradores implacáveis".

MARY RODRIGUES

COMUNIDADES

GOVERNO QUER LIQUIDAR ESTRUTURAS DE APOIO A EMIGRANTES

O deputado socialista Carlos Luís condenou a extinção, pelo Governo, das delegações regionais de apoio aos emigrantes, acrescentando que o secretário de Estado das Comunidades, José Cesário, "revela mais aptidão para presidente de uma comissão liquidatária das estruturas de apoio à emigração do que para exercer as suas funções".

Num comunicado, o deputado socialista eleito pelo círculo da Europa manifesta-se contra a extinção das nove delegações regionais das comunidades que, "durante décadas, prestaram um notável apoio à partida e regresso de centenas de milhar de emigrantes". Formação profissional, recurso ao crédito, licenciamentos comerciais e industriais e reinserção profissional são algumas das áreas



que competiam às delegações regionais, refere o comunicado.

"O PSD sempre que esteve no poder serviu-se das comunidades para fins político-partidários, mas não as serviu", afirma Carlos Luís, que responsabiliza também o actual primeiro-ministro, Durão Barroso, de "defraudar as expectativas criadas, numa sistemática destruição das estruturas de apoio à emigração".

Secretário de Estado faz viagem turística

Entretanto, o deputado socialista pelo círculo da Europa, Carlos Luís, acusou o secretário de Estado das Comunidades (SEC), José Cesário, de ter aproveitado a sua deslocação à

Venezuela para visitar a Ilha Margarita, "estância turística procurada pelo jet-set".

Num requerimento entregue na Assembleia da República, o deputado socialista solicita ao Governo que esclareça o motivo da visita, efectuada durante a deslocação à Venezuela do SEC, "para de inteirar (suponho eu) dos graves prejuízos que afectaram a comunidade portuguesa", sublinha.

Frisando "não ter, até ao momento, informação sobre eventuais apoios aos portugueses residentes na Venezuela", Carlos Luís interroga-se sobre se o SEC "procurou o referido paraíso turístico para se refazer do jet-lag, ou se apenas pretende cumprir uma promessa eleitoral coordenando diversas áreas governativas, no caso concreto, a Secretaria de Estado do Turismo".

ORÇAMENTO RECTIFICATIVO

DEPUTADOS POR COIMBRA CONSIDERAM QUE DISTRITO SAI PREJUDICADO

Os deputados do PS eleitos pelo círculo de Coimbra tomaram uma posição bastante crítica em relação ao Orçamento Rectificativo aprovado pela Assembleia da República, considerando que algumas das medidas preconizadas no documento constituem "o maior ataque se sempre à auto-estima, identidade e força de Coimbra".

Segundo os socialistas de Coimbra, o Orçamento Rectificativo causa a Coimbra "três certezas e outras tantas dúvidas", relacionadas com o metro de superfície, o novo Hospital Pediátrico e a Capital Nacional da Cultura, defenderam os deputados socialistas pelo distrito.

As "angustiantes dúvidas" a que se referem os deputados do PS respeitam ao "atraso" na obra do metropolitano de superfície, cuja sociedade (Metro Mondego) foi criada em 1994, mas não teve verbas destinadas no primeiro e segundo Quadros Comunitários de Apoio (QCA).

"O III QCA consagrou 27 milhões de contos (135 milhões de euros) para o metro de superfície. O atraso põe em risco estas verbas", afirmou o deputado Fausto Correia.

Considerando que o actual Governo se caracteriza "por parar todos os projectos de modernização em curso", Fausto Correia disse que teme que o quantitativo total do III QCA não seja aproveitado.

"O III QCA, o mais favorável à região centro, seria desastroso não ser aproveitado", disse. Outra das dúvidas levantadas pelos eleitos socialistas do distrito de Coimbra respeita ao projecto de Capital Nacional da Cultura 2003. "Estamos preocupados com as verbas que tardam em chegar", referiu Fausto Correia, manifestando-se disposto a "esperar para ver onde chega ou não chega este evento".

Também quanto à construção do novo Hospital Pediátrico, os socialistas de Coimbra querem saber se a obra "avança ou não".

"Em Coimbra, hoje não sabemos quais os investimentos que vão ser realizados", lamentou Fausto Correia.

Três lamentáveis certezas

Além das três dúvidas manifestadas, o PS contesta o que considera como "três lamentáveis certezas" saídas das medidas preconizadas no Orçamento Rectificativo.

A anunciada extinção do Instituto de História da Ciência e da Técnica (IHCT) foi considerada por Fausto Correia "uma questão gravíssima, incompreensível, uma medida injusta, cega, atentatória dos interesses de Coimbra".

Lembrando que o IHCT é a única estrutura no país dedicada à história da ciência e da técnica e, também, "o único instituto nacional, ligado



ao antigo Ministério da Ciência e Tecnologia, localizado fora de Lisboa", Fausto Correia considerou a sua extinção um "atentado ao nome, prestígio e trabalho do seu fundador", o professor Mário Silva.

"Expressamos o nosso mais veemente protesto e esperamos que o governo tenha a consciência de que errou e possa remediar o acto", frisou. Ainda no capítulo das "certezas", os socialistas rotularam "incompreensível" a fusão do Instituto de Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (ICERR) com o Instituto de Estradas de Portugal (IEP).

Segundo o deputado Vítor Batista, ex-vice-presidente do ICERR, a anunciada fusão deste instituto, sediado em Coimbra, com o IEP "é o mesmo que regressar à antiga Junta Autónoma de Estradas (JAE)".

"E não se compreende que se vá juntar a conservação (ICERR) com a planificação (IEP)", adiantou.

A terceira questão respeita à extinção relacionada com a delegação regional do serviço

de apoio às comunidades portuguesas.

João Rui de Almeida, ex-secretário de Estado das Comunidades, manifestou-se contra a intenção governamental, lembrando o papel da delegação de Coimbra no caso dos reféns de Cabinda, "em que esta prestou apoio muito forte a um dos raptados, oriundo da zona de Alcobaca".

"Estas extinções representam, provavelmente, o maior ataque de sempre à auto-estima, identidade e força de Coimbra", concluíram os socialistas.

Luís Parreirão demite-se da liderança

Luís Parreirão demitiu-se da liderança distrital de Coimbra do PS, cabendo a uma comissão executiva dirigir a federação até à realização de eleições, em Março de 2003.

Luís Parreirão disse que a demissão, "por razões profissionais", foi aceite no sábado pela Comissão Política da Federação de Coimbra e

teve efeitos imediatos.

Os dirigentes presentes decidiram não marcar eleições antecipadas para a liderança federativa, optando antes por designar uma comissão que vai gerir a actividade do PS no distrito até Março.

O congresso, em que são eleitos os órgãos dirigentes da federação, deveria ocorrer em Outubro próximo, mas, logo que Ferro Rodrigues tomou posse como secretário-geral do partido, os congressos distritais foram adiados para Março de 2003.

"Não tinha condições pessoais para continuar no cargo. Fiz uma opção profissional e acho que a vida dos políticos deve ser transparente", declarou Luís Parreirão.

Da comissão executiva fazem parte os deputados Fausto Correia, João Rui Almeida e Victor Baptista, além dos cinco presidentes de câmaras socialistas do distrito: Fernando Carvalho (Lousã), Ivo Portela (Tábua), José Girão (Góis), Jorge Bento (Condeixa-a-Nova) e Rui Silva (Arganil).

CONVENÇÃO EUROPEIA

“O ADQUIRIDO E O RISCO”



O secretário-geral do PS considera que ainda há um longo caminho a fazer na Europa nos planos económico e social. Neste quadro, defendeu, entre outras, uma política progressiva de harmonização fiscal. Ferro Rodrigues saiu de Bruges convencido de que os debates sobre o futuro da União Europeia têm que prosseguir. Organizado pela Delegação Socialista portuguesa no Parlamento Europeu, decorreu naquela cidade belga um encontro de reflexão sobre a Convenção Europeia que está a preparar a reforma da União. Ferro Rodrigues prometeu importar o modelo do encontro de Bruges que juntou políticos e jornalistas para um debate de cidadania. Sobre o futuro não houve prognósticos, apenas o avisado alerta deixado por António Vitorino: “A Convenção é um adquirido e um risco.” A segunda câmara do Parlamento Europeu é desejável para Mário Soares e para a generalidade dos que defendem o federalismo europeu. A decisão final sobre modelo institucional da União Europeia está nas mãos dos governos dos Quinze que em 2004 se vão reunir com poderes para rever os tratados. Até lá, o debate é para continuar.

“A esquerda deve ser o motor da União Europeia, quer esteja no poder ou na oposição.” A afirmação peremptória é de Mário Soares, para quem os últimos anos foram uma “ocasião perdida para fazer avançar a Europa” quando os socialistas estavam no poder em 11 dos 15 governos europeus. O cabeça-de-lista do PS ao Parlamento Europeu falava num encontro de reflexão sobre os trabalhos da Convenção Europeia promovido pela delegação socialista portuguesa que decorreu em Bruges, em que participaram o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, o líder do Grupo Parlamentar,

António Costa, o comissário António Vitorino, o representante da Assembleia da República à Convenção, Alberto Costa, João Cravinho, os deputados europeus, e um conjunto de jornalistas convidados que também expressaram as suas opiniões. Constatando os novos ventos que sopram na Europa e tendo em conta o novo ciclo político em que os socialistas “vão progressivamente entrando na oposição”, Mário Soares deixou o aviso: “Ou os partidos socialistas se tornam mesmo socialistas, e são capazes de dar resposta às perguntas do nosso tempo, ir para

o sítio onde há combate, ou, se isso não acontecer e não houver esse enraizamento, arriscam-se a transformar-se em peças de museu como são os partidos comunistas de hoje”.

Favorável à existência de uma Constituição europeia, federalista mas contra o desmantelamento dos Estados nacionais, o ex-Presidente da República defendeu a criação de um Senado “onde haja uma representação igual dos Estados”, e o reforço dos poderes da Comissão, “de forma a tornar-se um verdadeiro Governo europeu”.

Totalmente contra a ideia do “directório europeu” de grandes países, Mário Soares, tal como defendeu durante a campanha eleitoral, voltou a referir-se à criação do imposto europeu “como forma de reforçar a cidadania europeia”.

A Europa fortaleza não é solução

António Vitorino iniciou a sua intervenção dizendo que “a Convenção é um adquirido e comporta um grande risco”. Segundo o comissário, o adquirido é o método que se “revela mais imprevisível do que seria de supor à primeira vista” e o risco é que “ninguém sabe como vai concluir”. O comissário alertou para o perigo de a Convenção Europeia poder vir a ser “uma criatura que escapa ao controlo do criador”. “A Convenção poderá ficar bloqueada por querelas entre Estados e por um debate exclusivamente em luxemburguês, ou seja, dominado pelos “lobbies” sediados em Bruxelas e não pela sociedade civil europeia”, afirmou

Vitorino, propondo a criação de “convenções nacionais” que em cada país discutam os temas da Convenção, no que foi mais tarde secundado pelo eurodeputado Manuel dos Santos.

Defendendo a ideia de que a União tem de ter uma política mais consistente na área externa, mas também no asilo e na emigração, Vitorino considerou que “a ideia de uma Europa fortaleza, um discurso que nos venderam nos últimos trinta anos, não é resposta para os problemas”, adiantando que “a solução passa pela gestão de uma política de imigração que, por um lado tenha em conta a imigração legal, e por outro, combata a imigração clandestina”.

Contra a renacionalização das políticas comunitárias

Frisando que o “PS tem um património em matéria europeia”, Ferro Rodrigues defendeu que os socialistas têm de continuar a participar activamente no processo europeu. Para o secretário-geral do PS, “não é aceitável que a construção europeia seja meramente económica e de mercado”, defendendo antes que as necessárias transformações devido ao alargamento devem salvaguardar “a igualdade entre os Estados e o respeito pelas regiões”. Referindo-se ao Tratado Constitucional como um dos aspectos mais importantes da Convenção, Ferro Rodrigues é contra a ideia da renacionalização das políticas comunitárias, porque “encerra muitos perigos e põe em causa os caminhos de solidariedade já traçados”. O líder socialista mostrou-se favorável ao

desenvolvimento dos poderes de co-decisão do Parlamento Europeu que deve passar, em seu entender, a ser composto por duas câmaras, defendeu maior peso dos parlamentos nacionais, e manifestou-se contrário à deriva intergovernamental e a qualquer "mistificação de federalismo".

Ao encerrar o encontro, Ferro Rodrigues sublinhou a importância deste tipo de eventos para realçar que as questões europeias também podem ser tratadas de forma viva e interessante, ao mesmo tempo que considerava ser importante levar este tipo de debates para Portugal "onde existe uma total ausência de informação de base". Por isso, o secretário-geral do PS comprometeu-se, no seguimento, aliás, das intervenções de Carlos Lage e de António Costa a continuar em Lisboa o debate sobre a Convenção Europeia, nos termos inovadores em que este decorreu. A novidade consistiu em juntar jornalistas e políticos para discussão serena e descomplexada, e nem sempre concordante, em que cada um apresentou os seus pontos de vista sobre as questões em apreço, não se notando a tradicional separação de campos em que se move cada uma destas profissões.

Ferro Rodrigues que também defendeu uma "maior componente federal, o que exige naturalmente um maior orçamento federal", fez a apologia da harmonização fiscal, e sobre a Conferência Intergovernamental de 2004 declarou esperar que a soberania do Conselho Europeu com poderes de revisão "não conduza à destruição não criadora", ou seja, que seja respeitado o modelo social europeu e a igualdade entre os Estados.

Competências militares essenciais para a soberania

O deputado Alberto Costa, representante do Parlamento português aos trabalhos da Convenção, salientou que o modelo encontrado, o da Convenção, representou "uma reacção positiva àquilo que havia de insatisfatório na revisão dos tratados". Com prognóstico



reservado quanto ao produto final, Alberto Costa fez a defesa do documento apresentado pela Comissão na medida em que mantém a "igualdade dos Estados na sua dignidade". Segundo este parlamentar, referindo-se às missões e competências da UE - dois dos debates temáticos na Convenção -, é fundamental a protecção do modelo social e a criação do espaço de liberdade, segurança e justiça. Para Alberto Costa, "a União Europeia devia assumir competências militares, porque enquanto esta área não for assumida não existe soberania europeia". Por seu lado, o representante do Parlamento Europeu à Convenção, Luís Marinho preferiu dar o seu testemunho dos trabalhos da Convenção, informando que esta assembleia composta por 105 personalidades em representação dos governos, dos parlamentos nacionais, do Parlamento Europeu, da Comissão, dos países candidatos e das organizações não-governamentais, não funciona segundo uma lógica parlamentar, antes "valendo cada representante por si".

Segundo o ex-vice-presidente do Parlamento Europeu, "a Convenção é a pré-figuração do que virá a ser um verdadeiro espaço público europeu de debate, com o objectivo de discutir um único assunto: o futuro comum dos europeus", o que de algum modo supre a lacuna da inexistência de uma opinião pública europeia. Para Luís Marinho, "uma Constituição europeia não trará verdadeiramente nada de novo uma vez que já o próprio Tratado de Roma tinha implícito princípios constitucionais, ou seja, desde o seu início a União Europeia tem um perfil paraconstitucional".

Segurança é a grande preocupação dos cidadãos

António Costa defendeu que a Convenção deve avançar rapidamente na "concretização das matérias de justiça e segurança interna", uma vez que a segurança é "a maior preocupação dos cidadãos" e não o défice zero "com o qual se preocupam os governos". Para o líder do Grupo Parlamentar do PS, a "manutenção das fronteiras externas não pode ser suportada apenas pelos orçamentos nacionais", o que no caso português teria consequências importantes ao nível da fiscalização da sua imensa costa. O ex-ministro da Justiça defendeu também ser fundamental que a Convenção não avance "na constitucionalização de medidas de política". O presidente da Delegação Socialista no Parlamento Europeu, Carlos Lage, anfitrião do encontro, fez o resumo das questões que estavam em cima da mesa e referiu-se aos documentos do Parlamento e da Comissão que enquadraram o debate. A posição do Grupo Socialista no Parlamento Europeu foi transmitida pelo seu líder, Barón Crespo, que também se deslocou a Bruges, ido directamente de Londres onde manteve um encontro com o primeiro-ministro, Tony Blair. Para Barón Crespo, os grandes desafios que se colocam à Convenção respeitam às questões da emigração, do asilo, da luta contra o crime, da flexibilização e da globalização.

SOCIALISTAS PORTUGUESES NA CONVENÇÃO EUROPEIA



REPRESENTANTE COMISSÃO EUROPEIA

António Vitorino



REPRESENTANTE ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Alberto Costa



REPRESENTANTE PARLAMENTO EUROPEU

Luís Marinho

A CONVENÇÃO EUROPEIA EM RESUMO

O Conselho Europeu, reunido em Laeken em Dezembro de 2001, convocou uma Convenção sobre o futuro da União Europeia. A Convenção tem como objectivo assegurar uma preparação tão ampla e transparente quanto possível da próxima Conferência Intergovernamental que terá lugar em 2004. Nela serão debatidos os problemas essenciais colocados pelo futuro desenvolvimento da União, tais como: que esperam os cidadãos europeus da União? Como organizar a repartição de competências entre a União e os Estados-membros? E, no âmbito da União, como organizar a repartição de competências entre as instituições? Como assegurar a coerência e a eficácia da acção externa da União? Como assegurar a legitimidade democrática da União?

Numa primeira fase, a Convenção procedeu a auscultações que permitiram a identificação dos conteúdos das expectativas por parte das populações sobre as necessidades de Europa. A segunda etapa constituirá um período de análise em que serão comparadas as vantagens e inconvenientes das propostas avançadas para organizar a União Europeia. Na terceira fase procurar-se-á obter uma síntese entre as diversas propostas e elaborar recomendações.

O presidente da Convenção cabe a apresentação em cada Conselho Europeu até à CIG de 2004, de um relatório oral sobre o andamento dos trabalhos.

Composição da Convenção

O Conselho Europeu designou presidente da Convenção o ex-Presidente francês Valéry Giscard d'Estaing e confiou as funções de vice-presidentes a Giuliano Amato e Jean Luc Dehaene.

A Convenção congrega os principais participantes no debate sobre o futuro da União. Além do presidente e dos dois vice-presidentes, a Convenção é composta por:

- 15 representantes dos Chefes de Estado ou de Governo dos Estados-membros (1 por Estado-membro);
- 13 representantes dos países candidatos à adesão (1 por país candidato);
- 30 representantes dos Parlamentos nacionais dos Estados-membros (2 por Estado-membro);
- 26 representantes dos Parlamentos nacionais dos países candidatos à adesão (2 por país candidato);
- 16 representantes membros do Parlamento Europeu;
- 2 representantes da Comissão Europeia.

São convidados, na qualidade de observadores, o Comité Económico e Social (três representantes), o Comité das Regiões (seis representantes), os parceiros sociais (três representantes) e o provedor de Justiça europeu.

A Declaração de Laeken prevê que os países candidatos à adesão participem nas deliberações sem, no entanto, poderem bloquear qualquer consenso que se venha a formar entre os Estados-membros.

Presidium

O Presidium da Convenção é composto pelo Presidente da Convenção, pelos vice-presidentes, por dois representantes dos membros do Parlamento Europeu, dois representantes da Comissão, dois representantes dos parlamentos nacionais e representantes dos governos espanhol, dinamarquês e grego (os países que exercem a Presidência da União Europeia durante a Convenção).

VITORINO DEFENDE

COMISSÃO CONTINUARÁ A PROTEGER OS PAÍSES DE MENOR DIMENSÃO

António Vitorino defendeu em Bruxelas que os Estados-membros de menor dimensão, como Portugal, devem continuar a beneficiar da "protecção" da Comissão Europeia no caso de ser aprovada uma proposta que prevê um aumento de poderes desta instituição.

O projecto foi apresentado pelo presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, na semana passada no Parlamento Europeu, sendo os seus autores os comissários da Justiça e Assuntos Internos, António Vitorino, e da Política Regional, Michel Barnier.

"A Comissão Europeia propõe ter um protagonismo mais activo em algumas matérias", disse António Vitorino.

Trata-se de uma contribuição da Comissão Europeia para os debates da Convenção que está a elaborar o esboço da futura Constituição europeia.

O executivo europeu pretende obter competências alargadas em relação a "outros domínios de matérias onde hoje tem protagonismo limitado", como a coordenação das Políticas Económicas e do Euro, Política Externa e Segurança Comum e Justiça e Assuntos Internos.

António Vitorino pensa que "a Comissão tem sido historicamente um elemento de protecção dos Estados-membros de menor dimensão",

recusando a ideia de que um executivo comunitário mais forte é pior para os países de menor dimensão e com menos influência em Bruxelas.

"A Comissão formula um interesse geral que não é determinado por nenhuma capital independentemente da sua dimensão, e isso é uma garantia adicional para os estados de pequena e média dimensão", acrescentou. Os cargos de alto representante da Política Externa da UE, ocupado actualmente por Javier Solana, e de comissário europeu das Relações Externas, Chris Patten, deveriam, segundo o projecto de Bruxelas, ser fundidos e ficar sob a alçada do executivo comunitário.

A Comissão Europeia também defende a criação de um só quadro institucional em substituição da estrutura introduzida com o Tratado de Maastricht: três pilares, um dos quais regula a parte comunitária em que a Comissão tem o direito de iniciativa, sendo os restantes (Política Europeia de Segurança e Defesa, Justiça e Assuntos Internos) decididos entre os Estados-membros de forma intergovernamental.

Para a Comissão Europeia, a arquitectura institucional única continuaria a utilizar o "método comunitário" adaptado e renovado de forma a tomar em consideração os futuros desafios políticos.



O método comunitário baseia-se no triângulo institucional formado pela Comissão Europeia (direito de iniciativa), Parlamento e Conselho Europeu (a quem cabe a decisão final).

A Convenção sobre o futuro da Europa vai, durante cerca de um ano, tentar chegar a um consenso entre os seus membros sobre um pacote de propostas de medidas de reforma das instituições da UE, em breve alargada a

pele menos mais 10 estados membros, e reflectir sobre o lugar que a Europa deve ocupar no mundo.

A decisão final sobre as alterações institucionais e outras que forem apresentadas será tomada pelos chefes de Estado e de Governo, por unanimidade, depois de debatidas numa conferência intergovernamental, que se reunirá em 2004.

TURISMO

PE APROVA RELATÓRIO DE TORRES MARQUES

As condições para a preparação de uma política comum para o sector turístico estão a ser criadas. O Parlamento Europeu (PE) aprovou, recentemente, o "Relatório sobre o Futuro do Turismo na União", um documento da autoria da eurodeputada socialista Helena Torres Marques, onde são avançadas medidas importantes para o relançamento deste sector no Velho Continente. Uma taxa mais baixa de IVA para os operadores turísticos europeus, a criação de uma base jurídica no Tratado e a exigência da efectiva aplicação do novo regulamento sobre os pagamentos transfronteiriços em euros (que permitirá o uso de cartões bancários nas mesmas condições e aos mesmos custos em toda a zona do euro) foram as propostas que Helena Torres Marques apresentou e defendeu em Bruxelas, vendo-as aprovadas por "larga maioria", na sessão plenária do PE. Ao intervir no debate do seu relatório, a eurodeputada socialista sublinhou a necessidade de se conceber e desenvolver "um amplo programa promocional dos destinos turísticos da União", por forma a contribuir para uma maior afirmação das ofertas europeias a nível internacional.



PAC

ANTÓNIO CAMPOS EXIGE SABER PARA QUEM VAI O DINHEIRO

O eurodeputado socialista António Campos pediu ao presidente da Comissão de Agricultura e do Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu que desencadeasse "todos os procedimentos legais de modo a obrigar a Comissão Executiva a fornecer elementos" sobre a Política Agrícola Comum (PAC) que considera "essenciais para, com dignidade, poder desempenhar as suas funções e que lhe foram "sempre sonegados".

Em carta datada de 22 Maio, Campos defende uma PAC "jóia da coroa de toda a União", lamentando que esta seja, afinal, "uma política obscura, clientelar, injusta, desactualizada e atentatória de todos os princípios que regem a UE".

António Campos quer saber, afinal, quanto recebem os cem maiores beneficiários do Feoga-Garantia de cada um dos Quinze; qual a percentagem de Produto Agrícola Bruto que representa a produção desses cem maiores beneficiários em cada Estado; qual a percentagem do Feoga-Garantia de cada país-membro recebida pelos cem maiores beneficiários; e qual o número de trabalhadores que estes empregam?

Só na posse destas informações, o eurodeputado do PS considera ter condições para participar "com seriedade e rigor" em qualquer trabalho da Comissão", embora se manifeste consciente que "o acesso a tais elementos ferem grandes interesses sofregamente escondidos", sem deixar de apostar nos princípios da verdade e da transparência.

M.R.

CARLOS COSMELLI

SOCIALISTA DE FORTES CONVICÇÕES

“Apoiante incondicional” de Ferro Rodrigues e admirador desde as lutas estudantis de 62 de Jorge Sampaio, “uma referência incontornável da esquerda portuguesa”, Carlos Cosmelli, secretário-coordenador da Secção de Belém, defende a criação de um novo órgão do partido: o Conselho Nacional de Coordenadores de Secções.

Carlos Cosmelli, engenheiro técnico, 57 anos, tem um longo percurso político que começa, como muitos da sua geração, na crise académica de 62, altura em que conhece um então jovem político que o marcará para sempre: Jorge Sampaio.

“Em 1962, nos momentos difíceis, aprendi a admirar e a respeitar Jorge Sampaio, um amigo e um político que nunca me desiluiu, mantendo ao longo destes anos uma fidelidade inquebrantável aos valores do progresso e da justiça social, que fazem dele uma figura incontornável da esquerda portuguesa”.

Definindo-se como “um socialista de fortes convicções” este camarada refere que foi com naturalidade que se inscreveu no PS em 1980, depois de ter militado na Base-FUT.

Carlos Cosmelli tem desenvolvido desde então uma intensa actividade política no nosso partido nas áreas do poder local e do sindicalismo.

No plano autárquico, foi durante 12 anos presidente da Junta de Freguesia de Belém, tendo perdido as últimas eleições autárquicas por escassos votos.

Carlos Cosmelli, que recebeu recentemente a Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro, atribuída pela Câmara de Lisboa, fala com orgulho do seu trabalho à frente da Junta, em especial das numerosas iniciativas destinadas às crianças, jovens e adultos (excursões, chás-dançantes, concursos, entre muitas outras), referindo que muitas das acções realizadas “quase não custaram dinheiro, o que é preciso é imaginação”.

Refere, a propósito, que com uma “boa gestão” dos poucos meios financeiros disponíveis as juntas “podem melhorar muito a qualidade de vida dos cidadãos”, sublinhando que deixou nos cofres da Junta “uma pesada herança” de 66 mil contos para o novo Executivo do PSD.

Relativamente à sua actividade sindical, Carlos Cosmelli é membro do Conselho Geral do Sindicato Nacional da Indústria e Energia (Sindel), uma estrutura com 15 mil sócios.

Recusando a ideia de que o sindicalismo esteja a atravessar uma crise, refere que é nos momentos difíceis, como que actualmente atravessamos, que os sindicatos devem-se mobilizar e procurar captar novos aderentes. Cidadão empenhado e atento da vida política nacional, o secretário-coordenador elogia a política laboral e social dos governos do PS, lamenta que a reforma fiscal não tenha



PREFERÊNCIAS

Político nacional
Jorge Sampaio

Político estrangeiro
Shimon Peres

Acontecimento nacional
A campanha mentirosa do PSD nas últimas legislativas

Livro
“Memorial do Convento”

Escritor
José Saramago

Filme
“20 Mil Léguas Submarinas”

Músico
Paco Bandeira

avanzado, e considera que houve a “tentação de agradar a gregos e a troianos”. Há momentos, adianta, “em que temos de nos definir, separando as águas e afrontando interesses”.

Elogios à Concelhia de Lisboa

Afirmando-se como um “apoiante incondicional” de Ferro Rodrigues na liderança do PS, no qual deposita “grandes esperanças”, o secretário-coordenador da Secção de Belém sublinha ser necessário um “debate interno profundo sobre o modelo social e económico, que não foi feito nos últimos anos”.

Carlos Cosmelli refere, a propósito, que “durante os últimos seis anos, a Concelhia de Lisboa foi a única estrutura a promover o debate, mobilizando regularmente os militantes”, destacando em particular o empenho de Miguel Coelho e Dias Baptista.

Ainda no plano interno, e como forma de revitalizar as secções, defende na próxima revisão estatutária a criação de um novo órgão: o Conselho Nacional de Coordenadores de Secções.

J. C. CASTELO BRANCO

PR NA AUSTRÁLIA

SAMPAIO PREOCUPADO COM CRISPAÇÕES EM PORTUGAL

O "clima de crispação" que se tem feito sentir nas relações institucionais entre Governo e oposição preocupa o Presidente da República que, desde a Austrália, fez um apelo à moderação e ao "consenso nacional" em prol de Portugal e da democracia. Ao microfone de um programa português, numa rádio australiana, Jorge Sampaio, no último dia da sua visita oficial ao país-continente, lamentou os incidentes parlamentares em torno da RTP e pediu tolerância e respeito no diálogo político e institucional.

Sampaio deixou ainda transparecer a sua opinião com os tempos que se avizinham: "Temos à nossa frente questões muito complexas, nomeadamente do ponto de vista financeiro. E é a tolerância no debate político que tem que prevalecer", acrescentando que "os portugueses esperam dos políticos tolerância e não uma guerra aberta." Para deputados e governantes o chefe de Estado mandou um recado: "A única coisa que eu daqui quero dizer aos portugueses é que a crispação não resolve nenhum dos problemas. Temos que encontrar formas de tratarmos destas coisas sem pensarmos que o País vai acabar amanhã."

Numa entrevista à SBS, num programa em língua portuguesa destinado à comunidade de emigrantes lusófonos, Jorge Sampaio frisou que "a tolerância na diversidade política tem que presidir àquilo que vão ser as soluções futuras", respondendo a uma pergunta sobre "a provável extinção de parte da RTP".

Sobre a viagem à Austrália, o chefe de Estado afirmou, em jeito de balanço, que as relações entre este país-continente e Portugal, que durante anos "estiveram no congelador com muitos graus negativos", foram "reforçadas". O Presidente sublinhou que os interesses portugueses em Timor têm mais a ver com ligações de carácter cultural e emocional, e que a Austrália tem outros interesses estratégicos. Depois da entrevista, Sampaio visitou Marrickville, o chamado bairro português em Sidney, onde vivem e trabalham dez mil emigrantes lusos. A recepção, organizada pelo município local, foi calorosa, e as pessoas empurravam-se para apertar a mão ou beijar o Presidente.

Quanto ao acordo entre a Austrália e Timor-Leste para exploração conjunta dos recursos do mar de Timor (Timor Gap), o Chefe de Estado disse apenas esperar que seja "respeitado o princípio da razoável resolução das coisas que



ainda estão pendentes".

Do ponto de vista empresarial, sublinhou, a viagem também teve resultados. "Convidei o ICEP australiano a fazer-se representar em Portugal e quanto às trocas comerciais espero que aos australianos continuem a usar as rolhas de cortiça (portuguesa) nas garrafas do seu excelente vinho".

No encontro com primeiro-ministro, John Howard, em Sidney, foi reafirmada formalmente a disponibilidade dos dois países para cooperarem no apoio a Timor. O governante australiano sublinhou que, apesar dos "interesses estratégicos diferentes", Portugal e Austrália podem convergir no apoio à consolidação do Estado de Timor-Leste.

Diferenças complementares

Por sua vez, Jorge Sampaio frisou que as actuais relações entre os dois países no que a Timor diz respeito, "são de complementaridade e não de competição".

A ideia, que já tinha sido defendida num almoço oficial entre Sampaio e o primeiro-ministro em exercício, John Anderson, (uma vez que Howard se encontrava na China), foi reiterada no final do encontro em conferência de imprensa conjunta.

Depois de anos a apoiar a anexação de Timor pela Indonésia (até 1999), as autoridades australianas querem enterrar o passado,

preferindo falar do presente e do futuro.

Para tranquilizar os australianos quanto a uma eventual "investida" portuguesa na nova nação, sobretudo quando Camberra quer afirmar-se como um pólo estratégico na zona da Ásia-Pacífico, o Presidente Sampaio apançou que "Portugal não tem, em relação a Timor-Leste, qualquer ambição, a não ser a de fazer respeitar a vontade do povo timorense."

"Une-nos hoje o que ontem nos dividia", disse Jorge Sampaio no almoço que lhe foi oferecido por Anderson.

Por seu turno, John Anderson respondeu na mesma moeda: "Portugal e Austrália ainda têm muito que descobrir um sobre o outro, mas este processo deu um enorme passo com a nossa cooperação para ajudar a bem sucedida transição de Timor-Leste."

Sampaio manifestou optimismo quanto ao futuro de Timor, mas, apesar de satisfeito com os progressos registados naquele pequeno país, fez questão de frisar que o futuro dos timorenses não está apenas nas mãos dos portugueses e australianos, e sim de toda a comunidade internacional.

Neste contexto, o Presidente defendeu que a ONU não deve diminuir o seu contingente em Timor-Leste sem uma análise continuada da segurança, assegurando que Kofi Annan, secretário-geral das Nações Unidas, partilha dessa opinião.

A garantia de segurança e estabilidade deve

ser, na sua opinião, uma preocupação: "Nos primeiros anos de independência, é importante que a nova missão das Nações Unidas disponha de uma capacidade dissuasiva de quaisquer tentativas de desestabilização do novo Estado, tanto no plano interno como externo."

E se a Austrália apostou, nos últimos dois anos, na ajuda aos timorenses - tendo nomeadamente liderado a Interfet -, as posições do passado em relação ao território e um eventual "nervosismo" quanto a uma imposição portuguesa não deixam de vir à tona.

Jorge Sampaio não fugiu à questão e até reconheceu que iniciou a viagem com essa posição de partida. Mas agora tem uma opinião diferente em relação às intenções australianas, que reconheceu serem diferentes das portuguesas.

É, pois, "convergência" a expressão que usou para classificar a acção dos dois países em relação a Timor-Leste.

"A complementaridade da Austrália e de Portugal é vista em termos de convergência e não de competência", disse o Presidente da República, lembrando que os portugueses têm um forte vínculo emocional com o povo timorense, nascido de um longo passado comum e consolidado em lutas partilhadas. "Estaremos, pois, presentes em Timor-Leste, ajudando os timorenses enquanto eles o desejarem", frisou Sampaio.

MARY RODRIGUES

PLENÁRIOS DE MILITANTES

ATAQUE CERRADO AO GOVERNO

Um ataque cerrado à política e ao estilo do Governo foi a nota dominante das intervenções dos dirigentes nacionais do PS que participaram nos plenários de militantes que decorreram sexta-feira e sábado em várias federações.

Paulo Pedroso fez um balanço negro das primeiras semanas do Governo, que acusou de ter “defraudado as expectativas dos portugueses”, fazendo o contrário do que Durão Barroso prometeu durante a campanha eleitoral para as legislativas.

“O PSD enganou os portugueses ao tomar medidas não previstas no programa eleitoral, como o aumento dos impostos, os despedimentos anunciados na Função Pública e o fim do crédito bonificado para a habitação”, acrescentou.

Falando em Leiria, na sede do PS, no âmbito dos plenários de militantes realizados na sexta-feira e sábado em várias zonas do País, o secretário nacional responsável pela revisão dos estatutos disse que o Governo com o seu estilo “trapalhão”, “autoritário” e “arrogante” é o responsável pelo “clima de crispação” na vida política nacional.

Paulo Pedroso voltou a insistir na tecla do ataque concertado do Governo aos jovens, no quadro de uma “política transversal negativa”, de que são exemplos o fim da bonificação no crédito à habitação, que afecta principalmente os jovens e os jovens casais, as restrições anunciadas ao Rendimento Mínimo Garantido, que excluem desta prestação os jovens entre os 18 e os 25 anos, e a não renovação dos contratos na Função Pública, que afectará em primeiro lugar os jovens quadros.



Por outro lado, Paulo Pedroso lembrou que a actual Declaração de Princípios é anterior à queda do Muro de Berlim, sendo necessário na próxima revisão colocar não só o que demarca o PS do colectivismo e do liberalismo, mas também do populismo e do conservadorismo. A Declaração, disse, deve ainda incorporar velhas e novas causas do socialismo, como a democracia, a liberdade, a Europa, a

solidariedade e a inovação.

Por sua vez, em Coimbra, perante cerca de 200 militantes, Jorge Coelho arrasou o Executivo PSD/PP, que disse ser “o governo mais reaccionário desde o 25 de Abril”.

No actual “clima de crispação” gerado por um Governo “arrogante” que tem lançado desde a primeira hora em que tomou posse uma ofensiva como nunca foi vista contra a classe

média e os mais desfavorecidos, Jorge Coelho aconselhou calma. “O partido não pode estar com um ritmo de fim de legislatura: está a adaptar-se à posição de partido de oposição; estamos a encontrar o ritmo adequado”, disse. Por outro lado, Jorge Coelho voltou a reafirmar que “o PS tem o problema de liderança resolvido. Ferro Rodrigues é um líder que se impôs ao partido e País”.

Fraude eleitoral

Também no plenário de militantes realizado em Bragança o Governo foi alvo de todas as críticas. O secretário nacional do PS Fausto Correia acusou o Governo de “fraude eleitoral” ao prometer uma série de promessas nos mais variados domínios e para todos os gostos, “com o maior despudor”, que não foram cumpridas. Fausto Correia alertou ainda que a crise orçamental se pode transformar numa “grave crise económica”, com aumento do desemprego e da inflação, e menor crescimento, devido à política errática seguida pelo Governo.

Mota Amaral e a maioria de direita foram ainda alvo de críticas do dirigente socialista pelo “modo asfixiante” que têm tentado imprimir ao funcionamento da Assembleia da República.

No plenário de Bragança, os militantes reclamaram para as regiões de Trás-os-Montes, Alto Douro e Alentejo um regime fiscal semelhante ao que goza a região da Madeira, consideraram que as SCUTS são reveladoras do desprezo do Governo pelo interior e denunciaram que na Administração Pública local já começaram os despedimentos que colocam sérias dificuldades ao normal funcionamento dos serviços em hospitais e escolas.

J. C. CASTELO BRANCO

AÇORES

PS PROPÕE CRIAÇÃO DE INSÍGNIAS HONORÍFICAS REGIONAIS

O PS-Açores propôs ao Parlamento Regional a criação de insígnias honoríficas açorianas para distinguir pessoas colectivas e individuais que prestem serviços relevantes nas ilhas.

Segundo a proposta socialista, apresentada em conferência de Imprensa, a atribuição de tais distinções permitirá “personalizar valores de referência” na sociedade regional, tornando-os “mais acessíveis e desejáveis como modelos de comportamento e atitudes socialmente paradigmáticas”.

O projecto socialista prevê a criação das Insígnias Autonomias de Valor, de Reconhecimento, de

Dedicação e de Mérito, esta última com as categorias de mérito Profissional, Industrial, Cívico e Comercial e Agrícola.

Os socialistas açorianos pretendem que a atribuição das condecorações propostas seja da competência do plenário da Assembleia Legislativa Regional, mediante iniciativa dos presidentes do Parlamento e Governo Regional ou de um terço dos deputados em efectividade de funções.

A sua atribuição terá de ser aprovada com os votos favoráveis de dois terços dos deputados, mediante votação secreta, segundo o documento.

Para o PS/Açores, a concessão das insígnias, a entregar no Dia dos Açores, representa um “instrumento carregado de muito simbolismo e de muito apreço da Região Autónoma”.

Autarcas do PSD torpedearam Rectificativo

Entretanto, o PS acusou os autarcas do PSD açorianos de “torpedearem” o Orçamento Rectificativo aprovado na Assembleia da República.

Falando no plenário da Assembleia Regional,

Vasco Cordeiro, líder da bancada socialista, referiu que alguns presidentes de câmara do PSD, nomeadamente a de Ponta Delgada, ignoram as disposições do diploma em matéria de endividamento.

“A Dra. Berta Cabral faz pela vida e trata de pedir uma autorização de endividamento” contrária ao Orçamento Rectificativo revelando “divisões internas” no PSD, afirmou.

Segundo o líder da bancada socialista, de um lado estão os dirigentes do PSD, que procuram justificar um diploma de “aperto do cinto”, e do outro autarcas que o desprezitam.

A DISCRIMINAÇÃO DOS JOVENS É INACEITÁVEL



JOSÉ LEITÃO

Muito já foi dito, e bem, sobre o significado das alterações que o Governo se propõe introduzir na legislação relativa ao rendimento mínimo garantido. Se tivermos em conta os disparates e a demagogia com que esta questão foi tratada durante a campanha eleitoral pelos partidos que integram o actual Governo temos de constatar que as alterações que se propõem introduzir não são de molde a descaracterizar esta medida. O que em si é uma manifestação de bom senso.

Há, contudo, um aspecto que é inaceitável, como tem sido dito pelo Partido Socialista, e que se traduz na exclusão dos jovens entre os 18 e os 25 anos do acesso a esta prestação social.

Para além do que já foi afirmado há que dizer, em meu entender, que esta exclusão constitui uma discriminação inaceitável face à legislação anti-discriminação que está em construção na União Europeia.

O novo artº 13º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, aditado pelo Tratado de Amesterdão, estabelece que: "Sem prejuízo das demais disposições do presente Tratado e dentro dos limites das competências que este confere à Comunidade, o Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu, pode tomar as medidas necessárias para combater a discriminação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou

O actual Governo liberal-conservador com a pretendida discriminação dos jovens entre os 18 e os 25 anos, veio contribuir para que possamos identificar com mais rigor o que são formas de discriminação dos jovens que devem vir a ser consideradas como inaceitáveis.

orientação sexual".

O combate à discriminação em razão da idade ficou assim inscrito no programa antidiscriminação a desenvolver a nível da União Europeia.

O actual Governo liberal-conservador com a pretendida discriminação dos jovens entre os 18 e os 25 anos, veio contribuir para que possamos identificar com mais rigor o que são formas de discriminação dos jovens que devem vir a ser consideradas como inaceitáveis.

Não contribui positivamente para o que deverá vir a ser a legislação anti-discriminatória em função da idade, mas contribuiu com um "case study" negativo. Naturalmente que temos a consciência que lhe não é aplicável a esta caso a Directiva 2000/78/CE do Conselho de 27 de Novembro de 2000, publicada no Jornal Oficial das Comunidades Europeias - L 303/16 Pt 2000-12-02.

Esta Directiva que estabeleceu um quadro geral para lutar contra a discriminação em razão da religião ou das convicções, de uma deficiência, da idade ou da orientação sexual, no que se refere ao emprego e à actividade profissional com vista a pôr em prática nos Estados-membros o princípio da igualdade de tratamento, não esgotou o que deve ser o combate à discriminação, nomeadamente em razão da idade.

O disposto nesta Directiva não é aplicável aos regimes de segurança social e protecção social cujas regalias não sejam equiparadas a remuneração, na acepção dada a este termo para efeitos da aplicação do artº 141º do Tratado CE, nem aos pagamentos de qualquer espécie, efectuados pelo Estado, que tenham por objecto o acesso ao emprego ou a manutenção no emprego.

Entendemos, contudo, que o Direito antidiscriminatório em construção a nível da União Europeia deve considerar como inaceitáveis discriminações como esta dos jovens entre os 18 e os 25 anos.

As desigualdades de tratamento para poderem ser justificadas terão de ter um fundamento material válido. Ora nesta matéria não há nenhum argumento que possa fundamentar esta desigualdade de tratamento. Os jovens entre os 18 e os 25 anos estão numa situação de pelo menos, igual vulnerabilidade àquela em que se encontram os jovens com mais de 25 anos.

O que está em causa é apenas o preconceito do Governo liberal-conservador relativamente aos jovens a quem vê como um conjunto de madraços que não querem trabalhar. Convenhamos que é curto como visão e totalmente curto como justificação.

Esquece, além disso, o papel de inserção no mercado de trabalho que o rendimento mínimo garantido tem tido para os jovens desta faixa etária, que dele têm beneficiado.

A RTP E O AUDIOVISUAL



JOSÉ SARAIVA

O que quer o Governo para o audiovisual? Ninguém sabe! Mas do que já se conhece fica-se com a convicção de que, proximamente, apenas um canal público - será o "1" ou "2"? - estará em "serviço público". Que irá fazer o Governo ao canal que apaga? Vai, apenas, silenciá-lo, durante quanto tempo e depois "vendê-lo"? E venderá o "sinal" ou irá alienar também algum património? Quanto vale a RTP tal como está? E como será financiado o "canal" que fica? Com publicidade? Sem publicidade? O Governo não sabe e, por isso, não diz! Pior: mente. Que dramático!

Que fazer com a RTP? Este mês deverá ser conhecido o passivo: pouco menos de 200 milhões de contos! Incomportável. Tem de haver uma resposta que o PS não foi capaz de encontrar. E a verdade é que em 1995 já os sinais eram claros: o PSD tinha deixado degradar a situação económica/financeira da RTP que acumulava já défice. A culpa aqui tem rostos - desde o fim da taxa em 1991 até à entrada no "vermelho" em 1994 o responsável era o PSD que, agora, tem de saber corresponder a autêntica "falência técnica" cujos contornos são insuportáveis. A revista do "Expresso" (de 29 de Março) num trabalho extremamente curioso mostrou as diversas arestas

de um gravíssimo problema: a RTP precisa de, aproximadamente, 40 milhões de contos m. c. para continuar a fazer o que faz e que é muito (canal 1, 15 m. c.; canal 2, 10 m. c.; RTP1, 4,5 m. c.; RTP Açores, 2 m. c.; RTP Madeira, 2 m. c.; RTP África, 1,5 m. c.). Como ir buscar esse dinheiro? Ao Orçamento de Estado e à publicidade, havendo limitações lógicas (e impostas por lei).

Toda a gente sabe isto, ninguém, até agora, foi suficientemente corajoso para romper com uma situação que se tem vindo a agravar de ano para ano. Que fazer? Não obstante, o director-geral da RTP, Emídio Rangel - cuja contratação apoiou quando havia muita controvérsia no PS - tem de merecer o apoio do Governo para prosseguir uma estratégia que conduza a uma recuperação de credibilidade (o que me parece estar a conseguir já). Independentemente dos erros - há, dias, por exemplo, a nova série de conversas de Mário Soares (desta vez com o Dalai Lama) começou a ser transmitida, no "canal 1" já de madrugada... - e das contratações fabulosas (a "equipa" de Rangel custa muito dinheiro) quando comparada com o que a empresa paga aos mais de 2 mil trabalhadores (a SIC ultrapassa os 400 e a TVI ronda os 350).

Uma estrutura pesada tem a RTP - cerca de 100 chefes - com participação em outras empresas (TV Guia - a directora ganha 1400 contos + carro + despesas de representação + telefones... - a RTC, a Edipim, a FOCO, entre outras), a RTP tem de merecer uma atitude urgente, sob pena de um dia ser anunciado, repentinamente, que "fechou"... para abrir, talvez, no dia seguinte com outro nome, como sucedeu em Israel. Não viria algum mal ao Mundo!

Mas o audiovisual não é apenas a RTP. É, por exemplo, o cinema, e é, sobretudo, uma "indústria de conteúdos" onde tem espaço e é decisivo o papel dos produtores e criadores portugueses. E aqui é que está a discussão estratégica do audiovisual.

Depois, ainda, há a considerar a plataforma digital terrestre que vem aí e que vai multiplicar por quatro, cada um dos canais existentes. Mas que terão de ser pagos e bem pagos. E sabe-se, por ora, que, por exemplo, a TV Cabo/Desporto ainda não chegou a um milhão de assinantes...

Deixar tudo ao mercado é, parece ser, a política do Governo da Direita. Talvez seja essa a matriz essencial. Mas o PS e a Esquerda têm de estar corajosamente contra. E dizer, claramente, que se for esse o caminho, um dia virá em que se irá repor as coisas no devido sítio...

A última ideia peregrina deste Governo foi uma resolução que visa "dispensar" os trabalhadores da Administração Pública com contratos a termo ou com contratos administrativos de provimento.

Ser oposição, numa democracia centralizada e sem partidos autónomos do Estado, como a nossa, não é tarefa fácil. Ainda assim, isso não é suficiente para justificar a indigência política que caracterizou os anos do PSD na oposição. Durante seis anos, e especialmente desde que Durão Barroso chegou a liderança, não se conheceu um projecto, uma ideia, uma simples medida para apresentar aos portugueses. Foi criado, aparentemente, um governo-sombra, que, aliás, nunca chegou a ver a luz do dia, tendo sido remodelado, em tempo oportuno, para dar lugar a uma espécie de chuva de estrelas que teve lugar no Coliseu dos Recreios e direito a transmissão directa na SIC. Qualquer semelhança entre a Convenção do PSD de 2002 e os Estados Gerais do PS em 1995 é, portanto, pura coincidência. Durão limitou-se a estar no sítio certo à hora certa, o que é, em si, um mérito, na medida em que a maioria dos políticos portugueses não prima pela pontualidade.

Logo a seguir à demissão de António Guterres, Pacheco Pereira recomendou a Durão Barroso a estratégia da clarificação. A ideia era mais ou menos esta: os portugueses estavam preparados para medidas difíceis e para um discurso, consequentemente, impopular (para não dizer anti-popular). A conselho do marketing brasileiro, Durão preferiu seguir outro caminho: envolver em fumos e balões, começou por gerir silêncios com inegável pose de Estado, e acabou os últimos dias de campanha a dizer uma coisa e o seu contrário. Não raras vezes, algumas vezes socialistas, a começar pelo secretário-geral Ferro Rodrigues, alertaram a opinião pública para a deriva neoliberal do PSD. Segundo Durão Barroso, isso não passava de "sucata ideológica". De acordo com alguma imprensa deslumbrada, eram os excessos próprios da campanha de um PS ressentido. Mesmo depois de se conhecer o programa de Governo, pudemos ler editoriais a elogiarem a "moderação" do dito documento. No fundo, o PSD já tinha estado no Governo, e, apesar do estilo autoritário, tinha sido com Cavaco que se tinha dado um grande salto nas políticas sociais. Acontece que este é um PSD de tipo novo. Razão tinha Luís Filipe Menezes quando, logo em 1995, nos avisou que, com Durão, o PSD seria controlado por um "eixo sulista, elitista e neoliberal".

O neoliberalismo pode ter começado nas universidades, mas está longe de ser uma mera discussão académica. É uma política bem conhecida, com efeitos concretos na vida das pessoas: impostos regressivos, desinvestimento na política de habitação, desmantelamento dos sindicatos, privatização da saúde e da segurança social, etc. Ora, os primeiros dias de governação da direita não podiam ter sido mais elucidativos a este respeito. Sem qualquer estudo ou preparação, este Governo aumentou o IVA, acabou com o crédito bonificado para os jovens na compra de habitação, descaracterizou o rendimento mínimo garantido e prepara-se para revogar a lei de bases da segurança social e fechar, também, um canal do serviço público de televisão, coisa a que nem a senhora Thatcher se atreveu. Só falta mesmo inventarem uma nova guerra das Malvinas. Podia ser nas Berlengas: saia mais Barato ao orçamento de Estado e o Dr. Portas ia adorar.

A última ideia peregrina deste Governo foi uma resolução que visa "dispensar" os trabalhadores da Administração Pública com contratos a termo ou com contratos administrativos de provimento. Não estamos aqui a falar de uns tantos "boys". Estamos a falar de milhares de jovens professores, enfermeiros e técnicos superiores, mas também de administrativos e operários especializados, que desempenhavam funções importantes na educação, na saúde ou nas autarquias locais, e que contribuíam para o necessário

Nem por vir a ter mais 10 ou 12 Estados independentes, alguns deles bem recentes, pequenos, pobres e por tudo isso frágeis e em estado de necessidade, estamos autorizados a consentir numa *arquitectura imperial* para a Europa alargada.

A dialéctica natural entre duas concepções de poder sobre a Europa, actualizou-se desde há uma semana com as contribuições de Aznar, que foi a Inglaterra defender "um Presidente para a Europa" e de Prodi, que veio ao Parlamento Europeu responder, com a força de uma Comissão, quase "futuro Governo da Europa". Já esta semana, na segunda-feira, Blair convidou para jantar, Aznar e Giscard d'Estaing, presidente da Convenção, obviamente para um ponto da situação ou avaliação sobre o estado e energia das forças em presença. É que os comensais não desconhecem que, por detrás do modelo presidencial das duas monarquias, há de facto muito menos republicanismo, do que o que está dentro do projecto de Prodi. E digo-o, porque ao "personalizar" a Europa num *Presidente*, escolhido pelos Governos de um "cenáculo" de ex-ministros ou Presidentes da República - vários cidadãos europeus "ungidos" do poder de presidir sem legitimidade do voto ao destino de mais de quatrocentos milhões de Europeus - Aznar, Blair e o republicano Chirac, mais não pensam que *tal figura é* a que melhor lhes permitiria serem eles a ordenar. Fazendo-o, por intermédio de um *factótum*, espécie de governador geral do tempo das colónias, na boa tradição dos Impérios Britânico, Espanhol e Francês.

Nem por vir a ter mais 10 ou 12 Estados independentes, alguns deles bem recentes, pequenos, pobres e por tudo isso frágeis e em estado de necessidade, estamos autorizados a consentir numa *arquitectura imperial* para a Europa alargada.

Mas não ficaríamos por aqui em tal concepção *aznariana*. Este "Presidente" escolheria depois mais cinco ou seis reformados, do clube dos ex-primeiros e delegava neles a Presidência, por cinco anos ou metade, dos Conselhos de Ministros da União Europeia, reunindo raramente para colmatar perdas de tempo em muitas reuniões e viagens, garantindo este, dizem, a continuidade política da Presidência.

Aqui, também uma singularidade: um presidente de um Conselho de Ministros, não eleito, a mandar em ministros oriundos de governos com legitimidade democrática, é como se fosse um secretário-geral de Ministério, a dar ordens aos ministros, na esteira do que aprendemos na série britânica, "Yes, Minister". Para fechar, no dito projecto, o tal Presidente da Europa que ninguém elegeu, terá o poder de dissolver o Parlamento Europeu, legitimado por sufrágio universal directo, como todos sabemos.

Em boa hora, Baron Crespo líder parlamentar dos socialistas europeus, apelidou este projecto de "reconstituição do Sacro-Imério"... e eu digo, com ele, que nem Carlos V nem Filipe II teriam imaginado melhor! Ironicamente apelida o jargão bruxelense, esta teoria de *Europa intergovernamental!*

Não admira por isso que quem defender uma Europa de cidadãos e não de súditos, respeitadora das nações e assente na igualdade entre Estados e na democracia a todos os níveis, se incline para a proposta da Comissão. Na generalidade não se apresenta muito diferente do que tem sido até hoje a realidade europeia. Uma Comissão que propõe, um Conselho de Ministros que decide, com parecer

A CONTRA-REFORMA

rejuvenescimento e urgente requalificação da máquina do Estado.

Comparando com outros países da OCDE, Portugal não tem funcionários públicos a mais. Portugal tem, isso, sim, um problema de produtividade na Administração Pública, resultante do seu envelhecimento e, conseqüente, baixo nível de qualificações. Se excluirmos a saúde e a educação, o défice de habilitações literárias na administração é gritante. Nos próximos anos, muitos vão ser os funcionários que se irão aposentar. Ora, isto constitui uma oportunidade única de renovação e requalificação que não pode ser desperdiçada. Daí a célebre fórmula: por cada quatro funcionários que saem entra um.

Dispensar trabalhadores e congelar entradas significa congelar a modernização administrativa que estava em curso. Quando chegou ao Governo, o PS encontrou 50 mil trabalhadores precários e uma administração desmotivada. É certo que se terá perdido excessivo tempo com negociações salariais, reestruturações de carreiras e reivindicações corporativas, tendo os estudos que permitiam actuar sobre o universo administrativo chegado demasiado tarde. Mas hoje sabemos quem são os trabalhadores da administração pública, quantos são os institutos públicos e quais são as bases territoriais da administração desconcentrada.

O Governo português estava hoje em condições de avançar com medidas legislativas sobre a organização da administração directa, o recrutamento centralizado, a mobilidade ou a avaliação do desempenho. Estão em funcionamento variadíssimos estágios profissionais, cursos de formação e mecanismos de apoio à autoformação na administração pública, nomeadamente através do INA e da EAGIRE. Em vez de potenciar tudo isto, o Governo PSD/CDS entretém-se a extinguir serviços sem critério e a dispensar, sem estratégia, milhares de jovens trabalhadores. Mas também o que é que poderíamos esperar de um governo, que, à boa maneira do prof. Salazar, coloca a modernização administrativa na tutela burocrática e corporativa do Ministério das Finanças?

Provavelmente, apesar dos alertas da campanha, até o próprio Partido Socialista, em fase de actualização organizativa, estratégica e programática, estará surpreendido com o frenesim provocado por esta política de classe contra classe. Mas, feliz ou infelizmente, não há tempo a perder com angústias existenciais: é fundamental que, desde já, o PS se reposicione na opinião pública como partido da coesão social, capaz de representar todo o centro e a esquerda moderna e reformista que, certamente, não se revêem nesta política de contra reforma.



FILIPE NUNES

A ARQUITECTURA IMPERIAL EUROPEIA

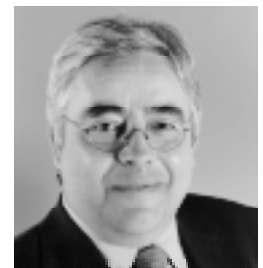
vinculativo ou mera opinião do Parlamento Europeu.

Só que, o que nos é proposto por Prodi, Vitorino e Barnier é que não haja desvios, inércias ou confusões. Nomeada pelos Governos de cada um dos Estados, a Comissão decide como colégio, no âmbito das competências próprias ou partilhadas que lhe são conferidas por uma Constituição ou Tratado Constitucional.

Incumbe-lhe a iniciativa legislativa nessas matérias, isto é, o direito de propor ao Conselho e ao Parlamento os seus textos. E fá-lo na estrita observância do interesse geral, sem obediência ao interesse da Espanha, França Inglaterra ou Alemanha, no interesse do conjunto de todos os Estados, baseada no maior denominador comum, onde cabe naturalmente o nosso, o de Portugal. Age, pois, em nome da Europa.

Exactamente por isso quer, para obviar à inércia dos Estados-membros e às suas contradições, que se decida por maioria qualificada e que lhe seja reconhecida iniciativa legislativa própria, quando se trata de construir a favor dos cidadãos, a Europa da Liberdade, da Segurança e da Justiça. Isto é, quer, quando necessário, que estas matérias sejam decididas como todas as outras através de regulamentos e directivas. Chama-se a isto integração no primeiro pilar.

Finalmente, por pudor perante a submissão à política externa dos EUA, quer concentrar os meios dispersos de política externa de que a Europa dispõe, numa única figura, talvez um vice-presidente da União, que dependeria menos do Conselho e das nuances diplomáticas dos Estados membros, e mais daquilo que em cada momento significa a dignidade e a honra dos europeus perante o mundo. Como se vê, o projecto da Comissão tem conteúdo, valores e estratégia. Necessita de algum poder, controlável pelo Parlamento Europeu. Mas não nos cabe na cabeça que isto pressuponha um *Super Estado* e um Governo europeu. Mas mesmo que o fosse, sempre era melhor que um Império Europeu colonizado por três quatro ou cinco *Super Nações*.



LUÍS MARINHO

ESPINHO

CÂMARA DISTINGUIDA COM PRÉMIO EUROPEU DE URBANISMO

A Câmara de Espinho, presidida pelo socialista José Mota, foi distinguida com a menção honrosa do Prémio Europeu do Espaço Público Urbano, atribuída ao projecto de reabilitação urbana do Bairro da Marinha de Silvalde. Uma distinção que ganha particular relevo, uma vez que foi obtida entre cerca de uma centena de projectos apresentados por 16 países europeus.

O projecto distinguido abrange uma zona delimitada pela linha do Norte e Nascente e a praia a Poente, a fábrica Brandão Gomes a Norte e o campo de golfe do Oporto a Sul.

A área, com uma superfície de apenas 0,2 hectares, é atravessada pela ribeira de Silvalde e tem uma alta densidade populacional, com cerca de 4.000 habitantes, constituindo o popular bairro dos pescadores de Espinho, que se caracterizava, antes da intervenção, pelo abandono e uma extrema degradação do ponto de vista urbanístico.

Visivelmente satisfeito, o presidente da autarquia, José Mota, considerou que "a distinção é um motivo de grande orgulho para Espinho e para o País, sobretudo tendo em conta que foi obtida entre quase uma centena de projectos apresentados por 16 países europeus".

"É também motivo de grande satisfação e orgulho pelo facto de dizer respeito à recuperação para a cidade de uma zona que estava até então marginalizada, como um gueto, e que passa a fazer parte de Espinho, criando mesmo uma nova centralidade", acrescentou.

A concurso estiveram 95 projectos originais provenientes, além de Portugal (que apresentou três candidaturas), da Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça.

O Prémio Europeu do Espaço Público Urbano é



destinado a distinguir as melhores intervenções de melhoria e criação de espaços públicos em toda a diversidade: ruas, praças, espaços abertos em polígonos habitacionais, frentes portuárias e fluviais, zonas desindustrializadas e parque urbanos e metropolitanos.

O projecto, que arrancou com a apresentação da candidatura, em 1996, teve a coordenação política do vereador Rolando de Sousa e a direcção técnica do arquitecto Carlos Sárria, que coordenou uma equipa multidisciplinar que abrangiu, nomeadamente, a vertente da acção social. O projecto teve como vectores principais a

reabilitação do parque habitacional, a recuperação da antiga Fábrica Brandão Gomes que será transformada num centro cultural (Forum de Arte e Cultura), a recuperação dos espaços exteriores e dos equipamentos - nomeadamente os edifícios escolares e de utilização social - e a recuperação da ribeira de Silvalde que estava transformada num vazadouro de lixo.

O projecto envolveu um investimento directo de cerca de cinco milhões de euros (cerca de um milhão de contos, provenientes do PIDDAC, do orçamento autárquico e de fundos comunitários, que financiaram cerca de 40 por cento do seu custo.

LAGOS

MUNICÍPIO QUER REFORÇO DA SEGURANÇA

A Câmara Municipal de Lagos reivindicou ao Governo a construção urgente do novo quartel da PSP e o reforço do número de efectivos no corpo policial, medidas que a autarquia considera "essenciais à segurança das pessoas e bens na área do concelho e um factor indissociável do exercício pleno da cidadania, do bem-estar das populações e da capacidade de desenvolvimento sustentado da comunidade".

Num comunicado, a autarquia lembra que embora a área da segurança seja uma obrigação legal do Estado, sempre entendeu que enquanto órgão de soberania mais próximo dos cidadãos, não podia deixar de corresponder às preocupações das suas populações. Por isso, a Câmara de Lagos entendeu manifestar ao Governo a sua preocupação pelo constante adiamento da construção do quartel da PSP na cidade, para o qual, recorda, disponibilizou há vários anos um terreno para a construção desta infra-estrutura, bem como reivindicar o reforço das forças policiais.

AMBIENTE

NOVA ETAR EM VILA FRANCA DE XIRA

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, presidida pela socialista Maria da Luz Rosinha, adjudicou a empreitada para a construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) da sede do concelho, programada há mais de uma década.

Com a cerimónia de assinatura da empreitada, que decorreu nos Paços do Concelho com a presença do secretário de Estado do Ambiente, Vila Franca de Xira deu o primeiro passo para acabar com a descarga de esgotos domésticos em mais de 90 por cento da área concelhia do Tejo.

A ETAR, que representa um investimento de dez milhões de euros, deverá assegurar, no horizonte de 20 anos, o tratamento integrado dos efluentes de origem doméstica e industrial correspondentes a cerca de 73 mil habitantes, de uma área que integra os núcleos urbanos de Castanheira do Ribatejo, Povos, S. João dos Montes e Alhandra, para além da sede do concelho.

GUTERRES AFIRMA

POBREZA ESCAPA MUITAS VEZES ÀS POLÍTICAS EUROPEIAS

O antigo primeiro-ministro António Guterres reconheceu em Sesimbra que a pobreza e a exclusão social escapam muitas vezes às políticas europeias, sublinhando que a Cimeira de Lisboa procurou remar contra a ausência de uma estratégia de combate à pobreza na União Europeia.

António Guterres falava a cerca de 120 participantes na Conferência Regional Caritas Europa sobre "A pobreza na Europa", que decorreu na semana passada numa unidade hoteleira de Sesimbra, na sequência de um compromisso assumido



quando ainda desempenhava as funções de primeiro-ministro de Portugal.

Depois de sublinhar que a Cimeira de Lisboa procurou remar contra a falta de políticas para o combate à pobreza na União Europeia, António Guterres afirmou que "os Estados europeus não queriam reconhecer que a pobreza existia... dava má imagem" e recordou que "a palavra pobreza foi substituída, no vocabulário oficial da União, por exclusão social (que terá um aspecto menos chocante)".

Por outro lado, o antigo primeiro-ministro

disse que muitas vezes os governantes tomam decisões e aprovam programas de intervenção convictos de que os problemas se vão resolver, mas admitiu que essas medidas nem sempre se revelam eficazes.

"A administração e a sociedade fazem com que muitas das medidas, que julgávamos eficazes, tenham enormes limitações na sua aplicação concreta", disse Guterres, elogiando o trabalho em rede, a nível local, como aquele que a Caritas desenvolve, para minimizar a limitação das instituições governativas.

O IVA, o imposto que toda a população paga independentemente do seu rendimento, é de uma injustiça incomensurável. Independentemente do seu rendimento *per capita*, todos irão pagar mais IVA. Isto não é muito funcional, porque quem continua a fugir ao fisco irá continuar a fazê-lo. A medida de complementação, toda a população deve pedir recibo de tudo para abater IVA no IRS é ridículo.

O GOVERNO PSD-PP-DURÃO BARROSO É UMA FRAUDE

VITOR CRUZ

A coligação PSD-PP tem demonstrado nestes primeiros tempos de governação uma total oposição aos reais interesses dos portugueses, contribuindo para a ideia da giria popular, de que os políticos são mentirosos por natureza, sofistas "caçadores" de votos, dominadores da arte de bem falar, de iludir, de persuadir os eleitores com um leque diversificado de promessas que satisfariam os desejos e anseios dos portugueses. A política do actual Governo é preocupante, uma vez que voluntariamente tem agravado a situação política e económica do País, não prevendo o profundo desalento popular, o sentimento de o povo se sentir enganado e prejudicado.

A demagogia, as falsas promessas do programa de Governo, apresenta-nos um panorama de grande instabilidade e no sentido de que as medidas tomadas até agora visam simplesmente "exterminar" as políticas socialistas implementadas. Medidas que sob o ponto de vista social vieram combater a calamidade provocada pelo período cavaquista. A incompetência é notória, porque, como se tem verificado, a política do "risicar" o que foi feito não demonstra capacidade governativa, nem virtuosismos excepcionais na procura do desenvolvimento. No tempo de Cavaco Silva, ao menos havia o carisma da sua personalidade, e goste-se ou não do estilo, o homem realizou alguma obra. Com Durão Barroso "nem pau, nem bola", não tem ideais bem definidos, nem capacidades que lhe permitam ter sensibilidade para a compreensão dos problemas nacionais e a sua efectiva resolução.

Resta dizer veementemente que este Governo é inapto, incoerente e profundamente incapacitado para gerir os destinos do País. Atrás de uma crise orçamental pintada durante a campanha eleitoral dos famosos cinco por cento de inflação, que na realidade estão entre os 2,5 por cento e os 2,9 por cento. A abolição do crédito bonificado para os jovens que procuram comprar casa, acabar a grande questão da RTP, a injustiça da subida do IVA, a suspensão da revisão curricular para o ensino. E agora mais recentemente o descongelamento das rendas de habitação de antes de 1980. Analisando questão por questão, não restam quaisquer indícios de competência, nem da aclamada procura "pessoal" de Durão Barroso de justiça social. Acabar sim com a demagogia que é necessário.

O IVA, o imposto que toda a população paga independentemente do seu rendimento, é de uma injustiça incomensurável. Independentemente do seu rendimento *per capita*, todos irão pagar mais IVA. Isto não é muito funcional, porque quem continua a fugir ao fisco irá continuar a fazê-lo. A medida de complementação, toda a população deve pedir recibo de tudo para abater IVA no IRS é ridículo. Quem, por exemplo, não atingir os escalões mínimos de IRS não irá reaver o que foi pago a mais. Porque os seus rendimentos são baixos, como é caso dos reformados, das classes mais baixas que ainda vivem do salário mínimo nacional. Isto não é justo para os que menos rendimentos têm!

O crédito bonificado foi abolido em Conselho de Ministros: normalmente quem recorre a este tipo de crédito são jovens à procura de casa, que não podem adquirir habitação de outra forma. Agora que soluções propõem? Aluguer de habitação a longo prazo, quem beneficia com isto? É claro que são os *lobbies* que possuem capital suficiente para construir e arrendarem. E assim quando será que uma família poderá adquirir casa própria? Tudo isto é implementado sem sequer se rever a legislação referente ao arrendamento de habitações em Portugal, em que os valores das rendas são ainda dos mais altos da União Europeia, devido à especulação imobiliária. Mais uma vez, meia dúzia de portugueses em detrimento de milhares de outros irão continuar a enriquecer.

Desmantelar a RTP é o caminho mais fácil que o Governo encontrou, acabando com uma empresa que sempre acompanhou os portugueses. Afinal quem irá beneficiar com isto? Obviamente que o grande *lobbie* dos média, o Dr. Pinto Balsemão e o grupo Impresa. Até o director-geral de antena

da RTP é um homem vindo dos quadros da SIC. Isto, mais uma vez digo, é injusto porque os mais fracos política e economicamente é que saem prejudicados. Quanto à RTP, obviamente que foram cometidos erros, mas se o serviço é público, não tem obrigatoriamente de dar lucro, existe de e para os portugueses. Um só canal generalista não é capaz de dar a abrangência de programas que reflectam diversidade cultural do nosso país. Falam em criar canais por cabo de serviço público; e quem não subscreve o serviço por cabo? A maioria dos portugueses. Completamente ridículo! Serviço público de televisão por cabo? São medidas desajustadas à partida, ambíguas na sua efectiva aplicação. Outra grande "aberração" de exercício governativo foi a suspensão da revisão curricular. Anos e anos de estudos por profissionais especializados que apontavam como sendo aquela a solução para o problema da Educação. Simplesmente acabou com a opinião e trabalho de gente mais capacitada que o próprio Governo. Isto é que foi dinheiro e tempo deitados ao lixo, um verdadeiro desperdício.

A saúde privatizada, grande artifício sem dúvida, a ideia mesmo seria criar um sistema de segurança social privado do género em vigor nos Estados Unidos, mas lembrem-se que estamos em Portugal. Esta questão é demasiado melindrosa, que precisa ser estudada a fundo. Não serão grupos financeiros, da banca ou seguradoras que irão resolver o problema, esperemos que o sr. ministro da Saúde se lembre disto.

O futuro o dirá, creio firmemente que este Governo não irá chegar até ao fim do mandato e não é preciso ter um dom especial para fazer essa previsão. A revolta social e as sondagens indicam um profundo descontentamento dos portugueses. O Sr. Dr. Durão Barroso está a assinar a sua morte política! Os portugueses, a maioria não o quer! Está a cada dia que passa a ser olhado como "*persona non grata*".

O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTEs CONTAS:

Nova Rede - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005
CGD - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097
BES - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278



A SEMANA PREVISTA

SEG. António Guterres preside amanhã, dia 31, em Casablanca, à reunião do Conselho da Internacional Socialista, que decorrerá sob o lema "Promover a Paz e a Segurança". Em análise estará a situação no Médio Oriente, região dos Grandes Lagos em África, Colômbia e Ásia Central e do Sul.

TER. Deverá ser aprovado hoje o relatório do eurodeputado socialista Sérgio Sousa Pinto sobre a criação do Instituto Europeu de Estudos de Polícia, no qual o eurodeputado aconselha a rejeição desta iniciativa da presidência espanhola da UE.

QUA. O Dia Mundial da Criança é comemorado, sexta-feira, em todo o País com diversas iniciativas promovidas pelas autarquias.

O Secretariado Nacional vai estar reunido na sede nacional do Largo do Rato.

QUI. Almeida Santos e José Jorge Letria vão apresentar no dia 4, no auditório da RDP, em Lisboa, o livro de poesia "Neste lugar sem portas", da autoria de Carlos Carranca. Na ocasião, terá ainda lugar um recital de canto e poesia com Luís Goes, Carlos Carranca e Jorge Machado, entre outros.

SEX. Promovido pela Presidência da República, tem lugar no dia 4, no Palácio da Ajuda, um seminário sobre o "Modelo político da Europa do século XXI", em que participam diversas personalidades ligadas à temática comunitária. O seminário, aberto ao público, será dividido em três painéis: Fundamentos da democracia europeia, Reflexão em torno de uma Constituição para a Europa e Reforço do princípio da igualdade entre Estados.

SÁB. "O papel da Amnistia Internacional na defesa dos direitos humanos" é o tema da conferência proferida por Luís Silva, com comentários de Mário Soares e de Teresa Nogueira, que terá lugar na quinta-feira, na Fundação Mário Soares.

SÁB. DOM.

ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

SECÇÃO PS AJUDA / ALCÂNTARA
CALÇADA DA AJUDA, 204 - 1º
1300 LISBOA
21 3643676

SECÇÃO PS ALMIRANTE REIS
AV. ALMIRANTE REIS, 110 - 1º
1150 LISBOA
21 8121070

SECÇÃO PS ALVALADE
CALÇADA CARRICHE, LT 43 - LOJA 4
1100 LISBOA
21 8866271

SECÇÃO PS LIMOEIRO
LARGO DO LIMOEIRO, 17
4900 VIANA DO CASTELO
258 82 40 86 Fax 258 82 40 86

SECÇÃO PS PENHA DE FRANÇA / S. JOÃO
RUA CARRILHO VIDEIRA, 10 - 1º DTO.
1170 LISBOA
21 8124235

SECÇÃO PS BENFICA / S. DOMINGOS
RUA DR. JOSÉ BATISTA SOUSA, 13/A
1500 LISBOA
21 7140026



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt

Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt

Secretariado **Sandra Anjos**
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao
E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

- Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico**

Junto envio o valor da assinatura

- Quero renovar a assinatura**

Junto envio o valor da assinatura

Cheque

Vale de correio

12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista

Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

Assinaturas

12 meses

52 números

Continente

25 €

Regiões Autónomas

32 €

Macau

54 €

Europa

63 €

Resto do Mundo

92 €

**O valor das assinaturas
de apoio é livremente fixado
pelos assinantes
a partir dos valores indicados**